



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Marcos Antônio da Silva

**O *MAS* NA PRODUÇÃO TEXTUAL:
uma análise semântico-discursiva**

João Pessoa – Paraíba, 2010

Marcos Antônio da Silva

**O MAS NA PRODUÇÃO TEXTUAL:
uma análise semântico-discursiva**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós
– Graduação em Linguística –
PROLING/Universidade Federal da
Paraíba – Campus I, em cumprimento às
exigências para a obtenção do grau de
Mestre em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística

Linha de pesquisa: Linguagem, Sentido e Cognição

Orientador: Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento

João Pessoa – Paraíba, 2010

S586o Silva, Marcos Antônio da.
O Mas na Produção Textual: uma análise semântico-
discursiva/ Marcos Antonio da Silva.- João Pessoa: [s.n.],
2010.
93f. :il.
Orientador: Erivaldo Pereira do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) – UFPb /CCHLA
1. Língua – Argumentação 2. Texto – Opinião. 3. Semântica.

UFPb/BC

CDU: 802.2(043)

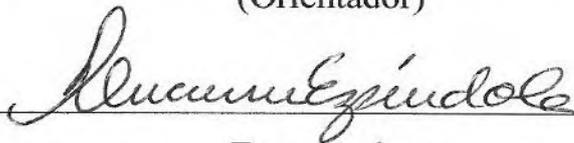
Marcos Antônio da Silva

**O MAS NA PRODUÇÃO TEXTUAL:
uma análise semântico-discursiva**

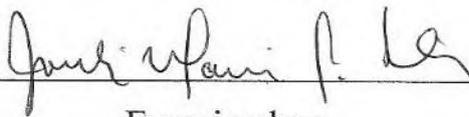
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Erivaldo Pereira do Nascimento
(Orientador)



Examinadora
Prof. Dr.ª Lucienne C. Espíndola (UFPB)



Examinadora
Prof. Dr.ª Joseli Maria da Silva (IFPB)

Prof. Dr. João Wandemberg Gonçalves Maciel (suplente - UFPB- IV)

Dissertação aprovada em 12 / 11 / 10

Debaixo do céu há momento para tudo e tempo certo para cada coisa.
(Ecl. 3:1)

AGRADECIMENTOS

“Aprendi que o que importa não é o que você tem na vida,
mas quem você tem na vida”.
(William Shakespeare)

Ao término, ou quase, de um trabalho como este que exige tempo, paixão e paciência, só me sinto no dever de agradecer, primeiramente, a Deus, por permitir que ao meu lado existam tantas pessoas honestas, íntegras e dispostas a contribuir para a formação deste ser que hoje eu sou.

Obrigado aos professores:

Erivaldo Pereira do Nascimento, pela oportunidade, confiança, dedicação e disponibilidade sempre dispensada durante toda a realização da pesquisa e pela competência na condução da orientação, assumindo uma real parceria na produção da mesma; Lucienne Espíndola, pelo apoio e carinho sempre demonstrados; Joseli Maria da Silva, pela atenção na leitura deste trabalho; João Wandemberg Gonçalves Maciel, pelo assentimento em ler esta pesquisa; Eliane Ferraz, pelo incentivo desde as épocas da graduação e especialização; Pedro Francelino, pelas orientações e a disponibilidade para sempre tirar algumas dúvidas; Maria Cristina Assis, pela receptividade no estágio docência; Walquíria Pinto, pelo exemplo de profissional apaixonado que guardo até hoje.

Obrigado à CAPES, pelo necessário e valioso apoio financeiro.

Obrigado aos amados amigos:

Jacilene Rodrigues, pela atenção dada aos primeiros passos deste trabalho, quando o mesmo ainda era um pré-projeto; Anna Libia Araújo, pela amizade.

Luiz Henrique e Ana Carolina Bastos, parceiros fortes e presentes nos momentos mais ferrenhos e divertidos.

Edvânia, Advânia, Alba, Webert e Márcia Ozinete, pelas dicas e pelo incentivo, carinho e respeito sempre demonstrado em formas de palavras.

Normando Barbosa, por entender a distância e pelas buscas loucas por livros.

Milena Rodrigues, Paula Roberta, Paulo Vinícius, Telma Cristina, Eduardo Jorge, Ana Karla e Cláudio Ricardo, pela força sempre dispensada.

Aos Colegas da turma de Metodologia, pelos momentos maravilhosos proporcionados por todos vocês!

Obrigado a toda minha família, por tudo que sou hoje e pelo que nunca deixei de ser.

E, por último, mas não menos importante, agradeço a David Vinicius Farias, por ter feito surgir na minha vida a esperança de novas cores para antigos olhares.

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	07
LISTA DE ABREVIATURAS	08
INTRODUÇÃO	09
1. A ARGUMENTAÇÃO	12
1.1 Introdução.....	12
1.2 A Argumentação na Língua.....	14
1.2.1 Anscombre-Ducrot e a Teoria da Argumentação.....	14
1.2.1.1 As etapas da Teoria da Argumentação e os operadores argumentativos.....	17
1.3 A Teoria Polifônica da Enunciação.....	26
2. O OPERADOR <i>MAS</i>	33
2.1 A gramática tradicional e a conjunção <i>mas</i>	33
2.2 A visão argumentativa do operador <i>mas</i>	39
2.2.1 O operador <i>mas</i> como índice de polifonia.....	50
3. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	56
3.1 Procedimentos metodológicos.....	56
3.2 O texto de opinião: algumas considerações.....	58
3.3 O <i>mas</i> na produção textual: uma análise semântico-discursiva.....	62
3.4 Discutindo as análises	83
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
ANEXOS	94

RESUMO

Esta pesquisa está embasada na Teoria da Argumentação na Língua, proposta por Jean-Claude Anscombe, Ducrot e colaboradores, para quem a língua é argumentativa por natureza. Segundo esses estudiosos, a Teoria da Argumentação está centrada no fato de que algumas palavras possuem valores argumentativos responsáveis pela possibilidade ou impossibilidade de uma continuação dentro do discurso. Ducrot denomina algumas dessas palavras de *operadores argumentativos* e afirma, inclusive, que os operadores funcionam como constituintes da estrutura interna dos enunciados. Partindo para um estudo mais profícuo, Ducrot e Vogt distinguem dois tipos de *mas*: um *masPA* que tem função argumentativa e um *masSN* que tem a função de refutar ou retificar algo dito anteriormente. Nosso objetivo nesta pesquisa é analisar e descrever o funcionamento semântico-discursivo do *mas* em um *corpus* constituído por 139 produções textuais de alunos egressos no ensino médio, produzidas durante a realização do (PSS-2009) - PROCESSO SELETIVO SERIADO, da UFPB (Universidade Federal da Paraíba). Ao final das análises, face aos objetivos propostos e também alcançados, é pertinente afirmar, com base nas produções analisadas, que os alunos usam com predominância o operador *masPA*, em detrimento ao *masSN*, e que aquele funciona não apenas para orientar os enunciados para conclusões contrárias, mas também para conclusões que, de certa forma, se complementam.

Palavras-chave: Argumentação. Operadores Argumentativos. Texto de Opinião.

ABSTRACT

This research is based on the Argumentation Theory in Language, it was proposed by Jean-Claude Anscombre, Ducrot et al, for whom the language is argumentative in nature. The Argumentation Theory is centered on the fact that some words have argumentative values which are responsible for the possibility or impossibility of continuing within the discourse. Ducrot called some of those words of argumentative operators and he affirms the operators behave as constituents of the internal structure of utterance. Ducrot and Vogt distinguish two types of *mas*: a *masPA* which has argumentative function and a *masSN* which serves to refute or correct something said earlier. Our purpose in this research is to analyze and describe the functioning of semantic-discursive operator *mas* in a corpus of textual production by 139 former students in high school, produced during the achievement of SERIES SELECTION PROCESS (PSS – 2009) from Federal University of Paraíba (UFPB). At the end of the analysis, according to the proposed objectives and also achieved, it is pertinent to affirm that students use predominantly the operator *masPA* than the *masSN*. The operator *masPA* works not only for guiding statements to contrary conclusions, but also to conclusions which, to some extent, are complemented.

Key Words: Argumentation. Argumentative Operators. Opinion Text.

LISTA DE ABREVIATURAS

L – Locutor

L1- Locutor um

L2- Locutor dois

SE – Sujeito Empírico

E- Enunciador

E1- Enunciador um

E2- Enunciador dois

E3- Enunciador três

E4- Enunciador quatro

P- Primeira proposição do enunciado

Q- Segunda proposição do enunciado ou conclusão

OA- Operador Argumentativo

EA- Escala Argumentativa

CA- Classe Argumentativa

GT- Gramática Tradicional

TT- Texto Total, na íntegra

TP- Texto Parcial, recorte do texto original

MASSN- MAS Sintagma Nominal

MASPA- MAS Partícula Argumentativa

PSS- Processo Seletivo Seriado

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

INTRODUÇÃO

A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.
Mikhail Bakhtin ([1979]1999).

Conhecer ou aprender uma língua, no nosso caso a Língua Portuguesa, vai muito além do conhecimento das regras ou mesmo classificação de vocábulos. Conhecer uma determinada língua e utilizá-la adequadamente é ter conhecimento dos recursos, das estratégias que essa língua dispõe quando do seu uso em contextos reais de utilização.

Assim, cotidianamente, precisamos usar, seja na modalidade escrita, seja na oral, os recursos disponíveis na nossa língua para que possamos atingir/conseguir nossos objetivos, com base nas nossas intenções, quando dos momentos de interação com outros indivíduos. Por isso, percebendo que nossas relações estão marcadas pela intencionalidade, investigamos como o *mas* que é operador está funcionando na produção textual.

Esta pesquisa será norteadada pela Teoria da Argumentação na Língua, postulada por Jean-Claude Anscombre, Oswald Ducrot e colaboradores que percebem que a língua é inerentemente argumentativa.

A tese central da Teoria da Argumentação, conforme esses autores, é a de que determinadas palavras são providas de valores argumentativos que determinarão a possibilidade ou impossibilidade da continuação de um discurso. Os operadores argumentativos são vistos como algumas dessas palavras e são tidos como elementos responsáveis pela orientação argumentativa, capazes de produzir, nos enunciados, certas conclusões.

Por conseguinte, constituiu objetivo geral deste trabalho analisar o funcionamento semântico-discursivo do *mas* na produção textual (texto de opinião) de alunos egressos no ensino médio e candidatos a uma vaga na Universidade Federal da Paraíba, por meio do Processo Seletivo Seriado do ano de 2009.

Nosso *corpus* é constituído de produções textuais, um total de 139 textos, coletadas entre os meses de fevereiro e março de 2009. Esta pesquisa é de caráter descritivo e nela foram analisadas até dez ocorrências de cada função encontrada para o operador *mas* no referido *corpus*, pois, uma vez que foi feita uma abordagem qualitativa, não nos detemos em dados estatísticos.

Para nosso estudo, lançamos mão dos pressupostos teóricos postulados por Ducrot e colaboradores (1988), responsáveis pelos primeiros estudos sobre os operadores argumentativos, além de Koch (2007) e Guimarães (1987), autores que complementaram nosso estudo teórico sobre os operadores.

Destacamos que a nossa hipótese nesta pesquisa é a de que os alunos utilizam o operador tal como é proposto na Teoria da Argumentação, quando da produção do texto de opinião. Dessa forma, o uso dos operadores argumentativos vai além do que define e classifica a gramática tradicional, doravante GT, como elementos relacionais.

Percebemos, nesse estudo, que a linguagem não é simplesmente um instrumento de comunicação que serve para nomear pessoas e objetos, mas algo que representa e cria realidades, dirige as relações entre indivíduos na sociedade. Logo, a concepção de linguagem adotada nesta pesquisa vai ao encontro do que propõe Koch (2007, p. 7-8) ao perceber a linguagem enquanto “atividade, forma de ação”, vista também como:

[...] lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes.

Esse entendimento sobre a linguagem converge com o pensamento de outros estudiosos como Geraldi (2006) e Bakhtin (1999). Assim, teremos como base para nossa pesquisa uma concepção de linguagem que privilegie a interação entre os indivíduos, bem como a intencionalidade inerente à linguagem, quer seja na modalidade escrita, quer seja na oralidade.

Com essa foi possível perceber o funcionamento do operador *mas*, com base na análise da posição do locutor responsável pelo texto, ou seja, observar os posicionamentos do produtor do texto, frente aos pontos de vista, quando da utilização do operador *mas*PA, em seu texto. Por conseguinte, a mesma se justifica pela possibilidade de se tomar conhecimento, quando no processo de produção textual, das posições dos alunos (enquanto locutores) em relação aos enunciadores. Além disso, a investigação poderá servir de base para que outros estudiosos e professores, de posse desse conhecimento, possam intervir nesse processo.

Ressaltamos que esta pesquisa está vinculada ao projeto ESAGD - ESTUDOS SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVOS DE GÊNEROS DO DISCURSO: Redação escolar e gêneros formulaicos, ligado ao programa de Pós-Graduação em Linguística / PROLING, da Universidade Federal da Paraíba, financiado com recursos do CNPq e coordenado pelo professor doutor Erivaldo Pereira do Nascimento.

Esta dissertação é constituída de quatro partes. Na primeira seção é apresentado um panorama dos pressupostos teóricos propostos por Ducrot (1988) e Ducrot e colaboradores (1994). A seguir, faz-se uma breve apresentação acerca da teoria polifônica, também postulada por esses autores. Esse item sobre a Teoria Polifônica faz-se necessário devido à presença, no *corpus*, de operadores que assinalam a existência de enunciados polifônicos.

A segunda seção é constituída por uma exposição de duas abordagens sobre o operador *mas*: uma apresentada a partir do que propõe a gramática tradicional (GT) e uma outra com base no que postulam Vogt e Ducrot (1980), bem como outros autores já citados anteriormente.

Na terceira seção é apresentado o procedimento metodológico utilizado para a análise do corpus. Também nessa seção são realizadas algumas considerações sobre o gênero texto de opinião, tendo como base o que postula Bakhtin (2000) a respeito da noção de gêneros do discurso. Ainda nessa seção apresentamos a análise propriamente dita do operador *mas* na produção textual.

Por último, na seção reservada às considerações finais, são apresentadas algumas observações e reflexões, com base nas análises empreendidas, oportunas para o encerro da pesquisa.

1 A ARGUMENTAÇÃO

O estudo da argumentação é o estudo das capacidades projetivas dos enunciados, da expectativa criada por sua enunciação.
Christian Plantin (2008).

Nesta seção é apresentado um panorama dos estudos linguísticos empreendidos por Ducrot e colaboradores sobre a Teoria da Argumentação na Língua, desde o Descritivismo Radical até a Argumentatividade Radical, buscando apresentar a evolução da função dos operadores nessas quatro etapas, e ainda alguns comentários a respeito da Teoria Polifônica da Enunciação.

1.1 Introdução

Desde que começa a utilizar a língua, o homem passa também a argumentar. Justificando ou interrogando, aceitando ou refutando, é necessário que o indivíduo se comunique, argumente e interaja socialmente nos diferentes contextos sociais e que, de certa forma, apresente seu ponto de vista em relação aos outros, quer dizer, em relação ao seu auditório¹.

Como bem afirma Koch (2004, p. 17):

¹ Conforme Perelman (1999, p. 33), o auditório deve ser concebido como “[...] o conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação”.

[...] o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade. (Grifos da autora).

Com base no que afirma Koch, é pertinente pensar que todos os nossos discursos estão plenos de intenções por parte de quem os enuncia e que é justamente nos momentos de interação com o outro que nossos objetivos vêm à tona. Podemos então afirmar que argumentar é um ato que se pratica cotidianamente, pois, seja na escola, seja no trabalho, na fila do supermercado, seja no convívio familiar, seja no momento da compra de um produto, as pessoas estão sempre querendo mostrar seus argumentos em prol de um resultado que lhes seja satisfatório.

Entretanto, vale ressaltar que argumentar não deve ser entendido como forçar alguém a fazer algo que desejamos, submeter alguém a nossa vontade. Ações desse tipo estão mais relacionadas com “a guerra” e não com a argumentação.

Abreu (2006, p.10), corroborando essa visão sobre o ato de argumentar, apresenta a seguinte definição:

Seja em família, no trabalho, no esporte ou na política, saber argumentar é, em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro. É também obter aquilo que queremos, mas de modo cooperativo e construtivo, traduzindo nossa verdade dentro da verdade do outro.

De acordo com Koch (2004, p. 17), “[...] a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”. Essa interação – ação verbal – é marcada por uma intenção, pois quem fala tem um objetivo para com o outro, seja para prender sua atenção, convencer o outro a fazer algo, opor-se ao outro ou impor seu ponto de vista sobre o outro. Assim, podemos dizer que argumentar é orientar o discurso tendo em vista uma determinada conclusão, intencionalmente.

Este estudo será norteado pela Teoria da Argumentação, proposta por Ducrot e colaboradores (1988, 1994) que percebem a argumentação como algo inerente à língua. Esta concepção está vinculada ao fato de estes linguistas verificarem que, na significação de determinados enunciados, há orientações de natureza argumentativa. Nosso estudo recebe o adendo da pesquisadora Espíndola (2004, p.13), que ao estudar a Teoria da Argumentação reescreve a tese original daqueles estudiosos e afirma que não apenas a língua é argumentativa, mas que “[...] língua e uso são fundamentalmente argumentativos”.

1.2 A Argumentação na Língua

1.2.1 Anscombe-Ducrot e a Teoria da Argumentação

Os estudos acerca da argumentação com ênfase na língua têm seu marco inicial com a publicação da obra *L`argumentation dans la langue*, em 1983², da autoria de Jean-Claude Anscombe e Oswald Ducrot.

A proposta apresentada por Ducrot e colaboradores (1988) na Teoria da Argumentação na Língua (TAL) trata-se de uma reação à concepção tradicional de argumentação. Esses estudiosos, segundo Nascimento (2005, p.17), rejeitam “[...] a concepção de língua como conjunto de regras independentes de toda enunciação e contexto, negando a idéia de que a língua tem primeiramente uma função referencial e que o sentido do enunciado se julge em termos de verdade ou falsidade [...]”. Destacamos ainda que, mesmo sendo estruturalista, Ducrot leva em consideração o contexto em que o enunciado é produzido e deixa claro que o seu compromisso, enquanto estruturalista, consiste em “[...] no describir la lengua como um medio de dar

² A obra datada de 1983 refere-se à edição francesa *La argumentation dans la langue*, no entanto, utilizaremos a edição espanhola *La argumentacion en la lengua*, datada de 1994 e *Polifonia y argumentacion*, de 1988.

informaciones sobre el mundo, sino como un medio de construir discursos³” (1994, p. 193).

Dessa forma, Ducrot (1988), ao elaborar sua teoria da argumentação, explicita que esta tem como objetivo fazer oposição à noção tradicional de sentido. De acordo com esse autor, são descritos, tradicionalmente, três aspectos de sentidos dos enunciados: objetivos, subjetivos e intersubjetivos.

Cada um desses aspectos estaria relacionado com uma função, em relação ao enunciado. O aspecto objetivo teria como função representar a realidade; o subjetivo, revelar a posição do locutor diante da realidade e o intersubjetivo referir-se às relações existentes entre os locutores e seus interlocutores, frente ao fato enunciado.

Exemplificando como ocorre a distinção entre esses três aspectos ou indicações, Ducrot (1988, p. 50) apresenta os seguintes exemplos:

Exemplo 01:

Pedro es inteligente. (Pedro é inteligente)

Com efeito, há presente no enunciado os três aspectos: o objetivo – descreve Pedro; o subjetivo – ao indicar sentimento/admiração do locutor em relação a Pedro, e ainda o intersubjetivo – quando o locutor revela ao seu interlocutor que o mesmo pode confiar em Pedro.

Em relação ao segundo exemplo, proposto também por esse autor (1988, p.50), temos:

Exemplo 02:

Hace buen tiempo. (Faz bom tempo)

Da mesma maneira que no primeiro exemplo, há nesse enunciado a presença também dos três aspectos. O objetivo descreve a condição do tempo naquele exato momento da enunciação; o aspecto subjetivo revela que a condição presente do tempo agrada ao locutor (condição essa que poderia ser de chuva, sol forte, sol ameno) e, por

³ [...] de não descrever a língua como um meio de dar informações sobre o mundo, mas como um meio de construir discursos. (Tradução nossa).

último, o aspecto intersubjetivo, uma vez que, ao pronunciar tal discurso, o locutor poderá revelar, se esse for seu objetivo, um convite a um passeio ou uma ida à praia.

Ao analisar esses dois exemplos, Ducrot (1988, p. 50) afirma que, tradicionalmente, os aspectos objetivos são chamados de denotação, enquanto os subjetivos e intersubjetivos de conotação. Para esse autor, é necessário acabar com a separação entre denotação e conotação, como explica: “No creo que el lenguaje ordinario posea una parte objetiva ni tampoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso directo a la realidad; en todo caso no la describen directamente”⁴.

Assim, para esse autor, se é possível que a linguagem ordinária possa descrever a realidade, isso é realizado por meio dos aspectos subjetivos e intersubjetivos. Dessa forma, retomando o primeiro exemplo, ao descrever Pedro, o locutor revela já sua admiração (esta subjetiva) por Pedro. É ainda necessário que o locutor tenha admiração (subjetiva) pela inteligência para poder enunciar tal discurso.

Ducrot (1988) lembra ainda que, ao afirmar que “Pedro é inteligente” (aspecto objetivo), o locutor revela a forma como seu interlocutor deve portar-se com Pedro (aspecto intersubjetivo). Ou seja, Pedro é inteligente, você pode contratá-lo/ele dará conta das atividades etc.

Por conseguinte, Ducrot (1988) une os dois aspectos - subjetivos e intersubjetivos - e os denomina de *valor argumentativo*, afirmando que: “El valor argumentativo de una palabra es por definición la orientación que esa palabra da al discurso”⁵. E continua (1988, p. 51):

En efecto, a mi juicio el empleo de una palabra hace posible o imposible una cierta continuación del discurso y el valor argumentativo de esa palabra es el conjunto de esas posibilidades o imposibilidades de continuación discursiva que su empleo determina⁶.

⁴ Não creio que a linguagem ordinária possua uma parte objetiva nem tampouco creio que os enunciados da linguagem dêem acesso direto à realidade; em todo caso não a descrevem diretamente. (Tradução nossa).

⁵ O valor argumentativo de uma palavra é por definição a orientação que essa palavra dá ao discurso. (Tradução nossa.)

⁶ De fato, no meu ponto de vista, o emprego de uma palavra torna possível ou impossível uma certa continuação do discurso e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina. (Tradução nossa.)

Os estudos em torno da argumentação na língua, propostos por Ducrot e colaboradores, passaram por algumas modificações, evidenciando, por meio das pesquisas, que a sua teoria não pode/deve ser vista como concluída. O que prova essas modificações são as evoluções referentes ao conceito de argumentação e no que diz respeito às funções dos operadores, por exemplo, que podem ser observadas nas quatro etapas que compreendem os estudos sobre a argumentação na língua, desenvolvidas por esses estudiosos. São elas: *Descritivismo Radical*, *Descritivismo Pressuposicional*, *Argumentação como Constituinte da Significação* e *Argumentatividade Radical*. Ressaltamos ainda que atualmente está sendo realizada outra etapa: A teoria dos blocos semânticos, que não será apresentada nesse estudo.

Não nos deteremos em explicitar profundamente cada uma dessas etapas citadas anteriormente, pois nosso enfoque será destinado ao funcionamento dos operadores trabalhados por Ducrot nessas quatro etapas de seus estudos.

1.2.1.1 As etapas da Teoria da Argumentação e os operadores argumentativos

Na primeira etapa dos estudos empreendidos por Ducrot e colaboradores (1994), *Descritivismo Radical*, entre a língua e a argumentação não há qualquer relação direta. Esta seria exterior àquela.

Anscombe e Ducrot (1994, p. 195) afirmam, explicando essa primeira fase dos estudos sobre a argumentação, que “[...] esta primeira contribuição de la lengua a la argumentación no es propiamente argumentativa. Se refiere, simplemente, al poder que tienen las palabras de describir hechos⁷”.

Ora, essas palavras responsáveis por descrever fatos ou promover os encadeamentos seriam, na língua francesa, os conectores do tipo *donc* (então), *par conséquent* (por conseguinte), *car* (pois) etc. que funcionariam possibilitando os encadeamentos entre dois enunciados, marcando, dessa forma, as relações entre os fatos enunciados.

⁷ [...] esta primeira contribuição da língua à argumentação não é propriamente argumentativa. Refere-se, simplesmente, ao poder que tem as palavras de descrever fatos. (Tradução nossa).

A função dos operadores, conforme esses autores, seria, então, a de “[...] situados entre dos enunciados, indican que los hechos mencionados por um deben hacer que se admitan los mencionados por el otro⁸”, (1994, 195), o que marcaria os encadeamentos argumentativos.

Com a segunda etapa, *Descritivismo Pressuposicional*, que na verdade trata-se de um reajuste da primeira etapa, os autores reafirmam que os encadeamentos argumentativos estão fundamentados apenas nos fatos. Mas conforme esses mesmos autores, nem todos os fatos conseguem produzir tal encadeamento. Nesse caso, o valor semântico das frases estaria contido nas informações que essas comportariam, quer dizer, nas informações afirmadas ou postas.

Assim, através dos exemplos, também da língua francesa, com os operadores *peu* (pouco) e *un peu* (um pouco), Ducrot e colaboradores (1994, p. 200) explicam o que ocorre quando utilizamos essas estruturas em frases do tipo:

Exemplo 03:

(1) Pedro trabalhou *pouco*.

Posto: A quantidade de trabalho efetivada por Pedro é pequena!

Pressuposto: Pedro trabalhou.

(2) Pedro trabalhou *um pouco*.

Posto: Pedro efetivou uma certa quantidade de trabalho.

Pressuposto: Se houve trabalho realizado, sua quantidade foi pequena!

Conforme esse autor, o encadeamento argumentativo, nessa segunda etapa, afeta apenas o que está posto no enunciado. Assim, como podemos observar em (1) o posto é que *A quantidade de trabalho efetivada por Pedro é pequena* e o pressuposto é que *Pedro trabalhou*. O enunciado (2) apresenta o posto *Pedro efetivou uma certa quantidade de trabalho* e o pressuposto é de que *Se houve trabalho realizado por Pedro, sua quantidade foi pequena*.

Dessa forma, como salienta Nascimento (2004, p. 23), “[...] as marcas linguísticas *pouco* e *um pouco* ativam pressupostos diferentes”. Corroborando a tese de

⁸ [...] situados entre dois enunciados, indicam que os fatos mencionados por um devem fazer com que se admitam os mencionados pelo outro. (Tradução nossa).

Ducrot, ainda conforme aquele autor, as conclusões possíveis em (1) terão referência à questão da “debilidade do trabalho realizado por Pedro” e em (2), ao “fato de Pedro ter trabalhado”.

Vemos, portanto, que a questão entre *pouco* e *um pouco*, naquele momento dos estudos, não reside em termos de quantidade, mas nas orientações argumentativas opostas, como bem explicitam os autores ao apontar que é necessário evitar “[...] postular una diferencia quantitativa entre *peu* e *un peu*, y que, pese a ello, da cuenta, en cierto modo, de sus potencialidades argumentativas opuestas⁹” (1994, p. 201).

Portanto, a função dos operadores, por enquanto, seria a de, conforme a estrutura linguística da frase, orientar conclusões com base no afirmado.

A noção de pressuposto é, portanto, apresentada por Ducrot (1987, p. 20), como “[...] o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo, como o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato comunicativo”. O pressuposto, pertence, assim, ao “nós” da relação comunicativa. Dessa maneira, analisando o seguinte enunciado, teremos:

Exemplo 04:

Pedro deixou de fumar,

como posto (Pedro não fuma mais) e pressuposto (Pedro fumava antigamente), pressuposto este ativado pela construção verbal *deixou/deixar de*, apresentado, consoante classificação de Moura (2006, p. 20), como “[...] verbos que indicam mudança de estado”. No exemplo 04, exposto anteriormente, o pressuposto de que “Pedro fumava antigamente” é, portanto, apresentado como uma informação compartilhada pelos dois interlocutores envolvidos na comunicação. Ora, mas não necessariamente os dois interlocutores envolvidos no diálogo compartilham desse conhecimento. Assim, ainda conforme Ducrot (1977, p. 77), “[...] pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse”. Dessa forma, a pressuposição ou o ato de pressupor

⁹ [...] postular uma diferença quantitativa entre pouco e um pouco, e que, pese a eles, dar conta, em certo modo, de suas potencialidades opostas. (Tradução nossa).

apresenta-se como uma estratégia argumentativa para levar o interlocutor a admitir um determinado ponto de vista.

Convém ressaltar que para Ducrot e colaboradores, nessa etapa, a língua ainda não é vista como algo naturalmente argumentativo. Qualquer orientação argumentativa seria dada por meio da diferenciação entre os fatos afirmados (postos) e os pressupostos e sua relação com os encadeamentos, e não por questões argumentativas presentes na semântica da frase.

Na terceira etapa, *A argumentação como constituinte da significação*, Ducrot e colaboradores (1994), retomando o exemplo 03, entre os enunciados *Pedro trabalhou pouco* e *Pedro trabalhou um pouco*, ao se decidir por *pouco* ou *um pouco*, na verdade, estar-se-á, em ambos os casos, optando por um ponto de vista que não levará em consideração a quantidade do trabalho realizado por Pedro. É, portanto, nesta escolha de um ou outro termo, ou seja, a partir desse(s) ponto(s) de vista, que se produzem as orientações argumentativas.

Conforme esses autores, os operadores *pouco* e *um pouco*, no nível factual, poderiam se tratados como sinônimos e os mesmos servem para expressar, no nível do enunciado, uma quantidade apenas representável. E explicam ainda que: “En una situación en la que trabajar poco sería trabajar una hora, entoces, en esa situación (y factualmente hablando), trabajar un poco vendría a ser también trabajar una hora¹⁰” (1994, p. 205).

Assim, as duas estruturas podem representar a mesma quantidade de tempo trabalhado. A diferença estaria, por conseguinte, no ponto de vista e/ou orientação argumentativa que o enunciado determinará e que levará o interlocutor/ouvinte a certas conclusões.

Nessa fase dos estudos, diferentemente das outras duas primeiras etapas, nas quais não foram introduzidos valores argumentativos à língua, Ducrot e colaboradores (1994) compreenderam a argumentação como algo inerente à língua. Os operadores como *pouco*, *um pouco*, *também*, *que* entre outros, de acordo com os autores, podem não apenas favorecer certas argumentações, mas devem proporcionar outras. Esses mesmos operadores, nas frases, devem ser utilizados de forma que os enunciados determinem as direções argumentativas dos mesmos.

¹⁰ Em uma situação em que trabalhar pouco seria trabalhar uma hora, então, nessa situação (factualmente falando), trabalhar um pouco viria a ser também trabalhar uma hora. (Tradução nossa).

Ressaltamos que nossas investigações acerca do uso dos operadores terão como base os princípios apresentados nessa terceira fase.

Na quarta etapa, *Argumentatividade Radical*, conforme Ducrot e colaboradores (1994, p. 18), “[...] la argumentación está inscrita en la lengua, en las frases mismas¹¹”,

Nessa fase, o encadeamento discursivo entre os argumentos que são enunciados e as possíveis conclusões que serão produzidas se faz através de “princípios gerais” os quais os autores chamaram de *topoi*.

Os estudiosos afirmam sobre os *topoi* que:

Si de un enunciado A se concluye un enunciado B, no es porque A senale un hecho F, B un hecho G, ni porque la existencia de F haga que G sea inevitable; sino es porque A presenta F de tal modo que convierte en legítima la aplicación de un *topos* (o de una cadena de *topoi*) que conduce a un enunciado B en donde se puede ver una envoltura lingüística de G¹². (1994, p. 207)

Os autores ainda apontam que as conclusões produzidas com base em determinados enunciados ocorrem devido ao fato de os *topoi* serem aceitos e compartilhados pelos interlocutores do evento comunicativo. Daí ser possível concluir B a partir de A, pois, como afirmam os autores, há entre A, B, F e G um *topos* ou uma “cadeia de *topoi*”, ou seja, uma relação entre as frases e os enunciados e a significação. Essa relação entre as frases, os enunciados e a significação pode se dar por meio do conhecimento cultural ou do conhecimento de mundo dos interlocutores.

A significação de uma frase é vista pelos autores, justamente como “[...] el conjunto de los *topoi* cuya aplicación la frase autoriza en el momento en que es enunciada¹³” (1994, p. 207). Isso quer dizer que ao escolher uma determinada palavra, por exemplo, *caro* ou *barato*, essa, no momento em que é utilizada em um enunciado, seja de forma intencional ou não, levará os interlocutores a determinadas conclusões, ou seja, essa palavra atualizará ou produzirá pontos de vista diferentes, mas também aceitos por todos os envolvidos no processo comunicativo.

¹¹ “[...] a argumentação está inscrita na língua, nas frases mesmas”. (Tradução nossa).

¹² Se de um enunciado A se conclui um enunciado B, não é porque A assinala um fato F, B um fato G, nem porque a existência de F faz com que G seja inevitável; mas é porque A apresenta F de tal modo que converte em legítima a aplicação de um *topos* (ou de uma cadeia de *topoi*) que conduz a um enunciado B de onde se pode ver uma envoltura lingüística de G. (Tradução nossa).

¹³ [...] o conjunto de *topoi* cuja aplicação a frase autoriza no momento em que é enunciada. (Tradução nossa).

Espíndola (2004, p.37), estudiosa da obra de Ducrot, assevera que “O *topos* seria o ponto de articulação entre a língua e o discurso argumentativo”. Mas, segundo essa autora, antes de falar de *topoi* é urgente falar em conceitos como frase/significação, enunciado/sentido e enunciação.

Logo, conforme a autora, observando esses conceitos em Ducrot:

[...] a **língua** é um conjunto de frases que servem para construir discursos (compromisso estruturalista) e o **discurso** é o encadeamento de enunciados – definição linguística. A **frase** por sua vez, é uma construção do linguista que serve para explicar a infinidade de enunciados (é uma entidade teórica). Por outro lado, o **enunciado** é uma das ocorrências da frase – é a manifestação, “na superfície”, da estrutura profunda que é a frase. Se a frase é uma entidade teórica, por extensão, a **significação** também será, uma vez que esta é o valor semântico da frase, consistindo em um conjunto de instruções diretivas que permitem interpretar os enunciados da frase. (2004, p. 31). Grifos da autora.

Os autores da teoria da argumentação na língua, explicando ainda o funcionamento dos *topoi*, retomam os exemplos *pouco* e *um pouco* e sugerem que, se aplicados à frase do tipo “Pedro trabalhou pouco, logo não comprará seu carro novo” e “Pedro trabalhou um pouco, logo comprará seu carro novo”, os operadores *pouco* e *um pouco*, nesses exemplos, como corrobora Espíndola (2004, p. 30), funcionarão como elementos que “[...] fornecem instruções sobre qual *topos* deve ser atualizado”. Ou seja, o trabalho, se realizado de forma satisfatória, levará ao sucesso. Ou ainda, o trabalho, de forma insatisfatória, não levará ao sucesso.

Os operadores, nesse momento dos estudos, não introduzem a argumentação, segundo Ducrot e colaboradores (1994), uma vez que a mesma já se encontra inserida na própria língua. Por conseguinte, seria a função dos operadores indicar que *topos* deverá ser atualizado, como afirmam os autores “Los operadores tienen por función, más modestamente, especificar el tipo de utilización que se debe hacer de los *topoi*”¹⁴ (1994, p. 213).

Reconhecendo que as línguas possuem elementos estruturais responsáveis pela argumentação na língua, Ducrot (1981, p. 178) afirma que:

¹⁴ Os operadores têm por função, mais modestamente, especificar o tipo de utilização que se deve fazer dos *topoi*. (Tradução nossa).

O valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção.

Dessa forma, como podemos perceber, a função dos operadores argumentativos, após vários estágios dos estudos empreendidos por Ducrot e colaboradores, além de promover os encadeamentos dos enunciados, nesse momento das pesquisas, passam a ser vistos como estruturas responsáveis pela orientação argumentativa, possibilitando que os interlocutores elaborem determinadas conclusões.

Explicando ainda o papel dos operadores na orientação argumentativa, Ducrot (1981) propõe as noções de *classe argumentativa* e *escala argumentativa*. Uma classe argumentativa (C.A.), consoante Ducrot (1981, p. 180), é quando um locutor “coloca dois argumentos p e p' na C.A. determinada por um enunciado r , se ele considera p e p' como argumentos a favor de r ”.

Como exemplo de uma classe argumentativa, teríamos o seguinte exemplo:

Exemplo 05:

Eduardo é um excelente aluno. (conclusão -R)

arg. 1 – entrega os trabalhos em dia

arg. 2 – participa das aulas

arg. 3 – tem um ótimo comportamento...

Com base nesse exemplo, fica evidente que os três argumentos possuem o mesmo valor, ou seja, o mesmo peso, que possibilitará ao interlocutor chegar à conclusão R, “Eduardo é um excelente aluno”.

De acordo com Koch (2007, p. 33), no interior de uma classe argumentativa alguns operadores têm como função “[...] somar argumentos a favor de uma mesma conclusão”. Seriam exemplos desses operadores as estruturas *e*, *também*, *ainda*, *nem*, *não só...mas também*, entre outros tantos.

Aplicando um dos operadores acima ao exemplo 05, teríamos:

Exemplo 05a:

“Eduardo é um excelente aluno: não só entrega os trabalhos em dia, participa das aulas, mas também tem um ótimo comportamento”.

Um escala argumentativa ocorre quando os argumentos apresentados possuem valores em graus diferentes, ou seja, alguns argumentos são mais forte que outros. Ducrot (1981, p. 180-181) apresenta a seguinte definição para escala argumentativa:

Suponhamos que um locutor coloque p e p' na C.A. determinada por r . Diremos que ele toma p' como um *argumento superior* a p ou (mais forte que p) em relação a r , se, aos olhos desse locutor concluir de p a r implica que se aceite concluir p' a r , a recíproca não sendo verdadeira. [...] Na medida em que um C.A. comporta semelhante relação de ordem, chamamo-la “escala argumentativa” (E.A.).

Como exemplo de uma escala argumentativa, nos deteremos no exemplo seguinte:

Exemplo 06:

A formatura foi um grande evento. (conclusão -R)

arg. 1 – esteve presente uma grande quantidade de alunos

arg. 2 – estiveram presentes professores e pais de alunos

arg. 3 – esteve presente o reitor da universidade

O exemplo 06 apresenta, através dos argumentos, uma gradação. Vejamos que o argumento três tem mais peso, ou seja, é o argumento mais forte dentre os três para que o interlocutor chegue à conclusão R, de que realmente “A formatura foi um grande evento”.

Os operadores responsáveis pela orientação argumentativa utilizados em enunciados como os do exemplo 06 poderiam ser *até*, *inclusive*, *até mesmo*. Com isso teríamos: A formatura foi um grande evento: esteve presente uma grande quantidade de alunos, estiveram presentes professores e pais de alunos e *até/até mesmo/ inclusive* o reitor da universidade. O operador *até*, confere, a este último argumento, a qualidade de mais forte para se concluir R.

É relevante observar que, quando a conclusão for negada, tanto a ordem dos argumentos quanto o operador utilizado sofrem também mudança. Vejamos o que ocorre com estes dois exemplos propostos abaixo:

Exemplo 07:

Conclusão afirmada: A formatura foi um grande evento

(arg. + forte) p'' - até o reitor da universidade estava presente

p' - estiveram presentes professores e pais de alunos

p - esteve presente uma grande quantidade de alunos

Exemplo 08:

Conclusão negada: A formatura não foi um grande evento

(arg. + forte) p'' - nem mesmo os alunos estiveram presentes

p' - nem estiveram presentes professores e pais de alunos

p - não esteve presente o reitor da universidade

Nessas escalas, p'' representa o argumento mais forte, seguindo de uma ordem decrescente para p . Observamos, portanto, que o que era argumento p na afirmação (*esteve presente uma grande quantidade de alunos*) passou ao posto de argumento p'' na negação (*nem mesmo os alunos estiveram presentes*). Em outras palavras, o argumento mais forte na afirmação assume a função de mais fraco na negação.

Assim, reescrevendo o enunciado do exemplo 08, teremos:

Exemplo 08a:

Não esteve presente o reitor da universidade, nem os professores e pais de alunos e *nem mesmo* os alunos.

Nesse exemplo, o operador *até* na afirmação foi substituído por *nem mesmo*, quando da negação do enunciado.

Após fazer esse breve percurso no tocante ao tratamento dado aos operadores no decorrer da pesquisas realizadas por Ducrot e colaboradores, apresentaremos no

próximo item alguns comentários sobre a Teoria Polifônica da Enunciação, tópico esse também necessário para a análise do nosso *corpus*.

1.3 A Teoria Polifônica da Enunciação

O termo *polifonia* foi originalmente utilizado para se referir a um tipo de composição musical na qual diversas vozes se superpõem. O teórico russo Mikhail Bakhtin (2002) trouxe a noção de polifonia para os estudos literários ao estudar a obra de Dostoiévski, buscando opor e caracterizar duas formas diferentes de literatura: a *literatura dogmática* e a *literatura polifônica* ou *carnavalesca*.

Na literatura *dogmática*, segundo esse autor, está expressa apenas uma voz, a do autor. Mesmo havendo outras várias personagens é o autor quem comanda os pensamentos daqueles.

Na literatura chamada *popular*, *polifônica* ou ainda *carnavalesca*, é onde há a presença de diversas personagens que se apresentam por si mesmas, tais quais as máscaras de carnaval. Fato interessante na literatura popular, ao contrário da dogmática, é que as personagens não são julgadas pelo autor e nem este dá a entender seu ponto de vista. Na literatura polifônica as personagens não são a representação do ponto de vista do autor/narrador. Nesse tipo de literatura elas são independentes e chegam, inclusive, a dialogar com o autor/narrador, discordando do ponto de vista dele. Segundo Bakhtin (2002), o melhor exemplo de uma literatura polifônica é a obra de Dostoiévski.

O conceito de polifonia é trazido para o interior dos estudos linguísticos por Ducrot (1988), que apresenta como objetivo “[...] mostrar que el autor de un enunciado no se expresa nunca directamente, sino que pone en escena en el mismo enunciado un cierto número de personajes¹⁵”. E ainda completa, afirmando sobre o sentido dos enunciados, que “El sentido del enunciado nace de la confrontación de esos diferentes sujetos: el sentido del enunciado no es más que el resultado de las diferentes voces que allí aparecen¹⁶”.(1988, p.16)

¹⁵ [...] mostrar que o autor de um enunciado não se expressa nunca diretamente, mas que põe em cena no mesmo enunciado um certo número de personagens. (Tradução nossa).

¹⁶ O sentido do enunciado nasce da confrontação desses diferentes sujeitos: o sentido do enunciado não é mais que o resultado das diferentes vozes que ali aparecem. (Tradução nossa).

Assim, esse autor deseja quebrar a crença que existe em torno da unicidade do sujeito falante (que afirma que nos enunciados há apenas uma pessoa que fala) e, de acordo com sua Teoria Polifônica da Enunciação, pretende mostrar que “[...] en uno mismo enunciado hay presentes varios sujetos con status lingüísticos diferentes¹⁷”.

Alguns conceitos são extremamente relevantes para entendermos a ideia de sujeito na teoria polifônica proposta por Ducrot (1988). São eles: o de *sujeito empírico*, o de *locutor* e o de *enunciador*.

O sujeito empírico (SE), para esse estudioso (1988, p.16), “[...] es el autor efectivo, el productor del enunciado¹⁸”. Mas, conforme o autor, é extremamente difícil identificar o sujeito empírico de um enunciado. Para explicitar essa “dificuldade” Ducrot expõe o seguinte exemplo:

Imaginemos un enunciado en una circular administrativa, a quién voy a considerar como productor de este enunciado: a la secretaria, al funcionario que dictó a la circular, al funcionario de grado superior que tomó las decisiones que allí se anuncian¹⁹?

Salientamos, portanto, que, conforme Ducrot (1988, p. 17), não compete ao linguista determinar o SE dos enunciados, mas é dever do linguista preocupar-se com o sentido do enunciado, de forma que, “[...] lo que le interesa es lo que está en el enunciado y no las condiciones externas de su producción²⁰”.

O locutor (L) é apresentado por esse linguista como “[...] la persona a quién se le atribuye la responsabilidad de la enunciación *en el enunciado mismo*.²¹” (Grifo do autor). Conforme esse autor, alguns enunciados trazem marcas linguísticas que são responsáveis pela identificação do locutor, marcas essas que podem ser pronomes pessoais (eu, me, mim) e, às vezes, marcas espaciais/temporais como (aqui, agora).

Interessante registrar aqui a diferença existente, e explicada pelo autor, entre o locutor (L) e o sujeito empírico (SE). Para explicar essa diferença o linguista utiliza-se de enunciados presentes em cestos de lixo presentes nas ruas das cidades, nos quais

¹⁷ [...] em um mesmo enunciado há presentes vários sujeitos com status linguísticos diferentes. (Tradução nossa).

¹⁸ [...] é o autor efetivo, o produtor do enunciado. (Tradução nossa).

¹⁹ Imaginemos um enunciado em uma circular administrativa, a quem vou considerar como produtor deste enunciado: à secretária, ao funcionário que ditou a circular, ao funcionário de grau superior que tomou as decisões que ali se anunciam? (Tradução nossa).

²⁰ [...] o que lhe interessa é o que está no enunciado e não as condições externas de sua produção. (Tradução nossa).

²¹ [...] a pessoa a quem se atribui a responsabilidade da enunciação no enunciado mesmo. (Tradução nossa).

aparece o seguinte escrito: “Não hesite em me utilizar”. O locutor (L), aqui responsável pelo enunciado seria o cesto, uma vez que o pronome pessoal oblíquo *me* refere-se ao cesto, que é incapaz de falar. Daí porque o autor afirma que o locutor “[...] a menudo es un personaje fictício a quién el enunciado atribuye la responsabilidad de su enunciación²²”.

Dessa forma, através do exemplo com o cesto de lixo, concordamos com Ducrot quando coloca que essa distinção entre locutor e sujeito empírico possibilita dar a palavra aos seres incapazes desta ação.

Os enunciadores (E) são apresentados por Ducrot (1988, p. 20), como “[...] los diferentes puntos de vista que se presentan en el enunciado²³”. Trata-se, portanto, de perspectivas “abstratas” e não de pessoas. O autor acrescenta ainda que o próprio locutor pode representar um desses pontos de vista, embora mantenha uma certa distância em relação a eles.

Percebendo a presença de vários personagens em um único enunciado, Ducrot (1987) distingue duas formas de polifonia presentes nos enunciados: *a polifonia de locutores* e *a polifonia de enunciadores*.

A *polifonia de locutores* pode ser encontrada no “[...] discurso relatado em estilo direto”, como declara o autor (1987, p. 185). Ducrot propõe o seguinte exemplo para essa forma de polifonia:

Exemplo 09:

João me disse: eu virei.

A polifonia de locutores pode ser identificada, no exemplo, por meio das duas marcas linguísticas pronominais: “me” e “eu”. Sendo assim, podemos afirmar que o locutor L1 é responsável pelo enunciado como um todo “João me disse: eu virei”, enquanto que o locutor L2 é responsável pelo segmento “eu virei”. Convém salientar que o segmento “eu virei” é relatado por L1 no momento do evento comunicativo e que, dessa forma, não se trata de dois enunciados, mas segundo esse estudioso, o que ocorre no exemplo “João me disse: eu virei” é que há aí dois locutores em um único enunciado.

²²[...] com frequência é um personagem fictício a quem o enunciado atribui a responsabilidade de sua enunciação. (Tradução nossa).

²³[...] os diferentes pontos de vista que se apresentam em um enunciado. (Tradução nossa).

No caso do exemplo 09, dos dois locutores presentes, L1 é o responsável pelo enunciado em sua totalidade e a L2 é atribuída apenas uma parte desse enunciado, ou seja, o relato “eu virei”.

Em relação à *polifonia dos enunciadores*, a mesma ocorre no momento em que o locutor apresenta, no enunciado, pontos de vista diferentes, consoante Ducrot (1987). Ainda conforme esse autor (1987, p. 193), “[...] o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes”.

Ducrot (1988) aponta que a polifonia dos enunciadores pode ocorrer em situações como a pressuposição, o humor, a ironia, a negação e enunciados com *masPA*. Ainda consoante esse estudioso (1988, p.66-67), o locutor pode, em relação aos enunciadores, posicionar-se das seguintes formas:

I – Identificar-se com um dos enunciadores.

Assim, no exemplo “Pedro veio”, “[...] el locutor se identifica con un enunciador [...]” com “[...] el objetivo de imponer el punto de vista de ese enunciador²⁴”.

II – O locutor aprova um ponto de vista, mesmo sabendo que “[...] el enunciado no tiene como objetivo hacer admitir el punto de vista de ese enunciador²⁵”. O exemplo apresentado pelo autor é: “Pedro deixou de fumar”. O enunciado apresenta o posto (Pedro não fuma mais) e o pressuposto (Pedro fumava antes).

Nesse caso do exemplo “Pedro deixou de fumar”, o locutor aprova E1, ou seja, o pressuposto, e se identifica com E2, o posto. Para os autores (1988, p.67), a pressuposição consiste em “[...] aquello a lo cual el locutor da su aprobación y lo que se llama “lo afirmado” es aquello con lo cual el locutor se identifica²⁶”.

III – Outra posição do locutor em relação ao enunciador é a de opor-se a este, ou seja, como afirma o autor (1988, p. 67), “[...] la de rechazar su punto de vista²⁷”.

²⁴ [...] o locutor se identifica com um enunciador [...] o objetivo de impor o ponto de vista desse enunciador. (Tradução nossa).

²⁵ [...] o enunciado não tem como objetivo fazer admitir o ponto de vista desse enunciador. (Tradução nossa).

²⁶ [...] aquilo ao qual o locutor dá sua aprovação e o que se chama afirmado é aquilo com o qual o locutor se identifica. (Tradução nossa).

²⁷ [...] a de rechaçar seu ponto de vista. (Tradução nossa).

Para o autor, esse tipo de posição ocorre no enunciado humorístico. Um enunciado é humorístico “[...] significa que L apresenta un punto de vista absurdo que él mismo rechaza sin apresentar ningún otro punto de vista susceptible de corregir el primero²⁸” (1988, p. 67).

Ducrot (1987, p. 193), ainda em relação à posição do locutor frente aos enunciadorees, assevera que:

[...] sua posição própria pode se manifestar seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadorees, tomando por representante (o enunciador é então atualizado), seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, e que sua aparição mantém-se significativa, mesmo que ele não se assimile a eles [...].

Esse autor (1988, p. 23), buscando então analisar os enunciados negativos com base na Teoria Polifônica, apresenta a seguinte concepção de negação linguística:

Diré que en un enunciado negativo no-P, hay por lo menos dos enunciadorees: un primer enunciador E1 que expresa el punto de vista representado por P, y un segundo enunciador E2 que presenta um rechazo de ese punto de vista. Un enunciado negativo es pues una especie de diálogo entre dos enunciadorees que se oponen el uno al otro²⁹.

Ducrot (1987, p. 203) distingue ainda três tipos de negação, a saber: *a negação descritiva*, *a negação polêmica* e *a negação metalinguística*. O autor alerta para o fato “[...] das duas primeiras corresponderem a uma subdivisão da antiga negação polêmica”.

A negação descritiva é definida como aquela “[...] que serve para representar um estado de coisas, sem que seu autor apresente sua fala como se opondo a um discurso contrário” (1987, p. 203). Como exemplo desse tipo de negação, teríamos a seguinte situação:

Exemplo 10:

²⁸ [...] significa que L apresenta um ponto de vista absurdo que ele mesmo rechaça sem apresentar nenhum outro ponto de vista suscetível de corrigir o primeiro. (Tradução nossa).

²⁹ Direi que em um enunciado negativo não-P, há pelo menos dois enunciadorees: um primeiro enunciador E1 que expresa o ponto de vista representado por P, e um segundo enunciador E2 que apresenta uma recusa desse ponto de vista. Um enunciado negativo é então uma espécie de diálogo entre dois enunciadorees que se opõem um ao outro. (Tradução nossa).

A pergunta a X: Há muitos alunos na sala?

X responde a A: Não há mais que cinco.

No exemplo 10, percebemos que a negação no enunciado de X em resposta a A não se opõe à fala deste, mas é utilizado para apresentar e representar o estado em que se encontra a sala. Ou seja, que há poucos alunos no ambiente.

Sobre a *negação polêmica*, Ducrot (1987, 203) afirma que essa está “[...] destinada a opor-se a uma opinião inversa”. Um exemplo claro dessa forma de negação está presente no exemplo seguinte:

Exemplo 11:

A crise econômica não afetará o Brasil.

Imaginemos que esse enunciado tenha sido proferido pelo presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva em determinado contexto. Há no enunciado pelo menos dois pontos de vista (enunciadores) diferentes: E1 aponta, com base na força que a crise econômica tem demonstrado em outros países bem mais desenvolvidos que o Brasil, que a mesma trará problemas sérios ao Brasil. E2, em contrapartida, conclui que a crise não afetará o Brasil, dado que o país estará preparado para enfrentá-la.

Assim, há dois enunciadores presentes no enunciado. O locutor se assimila com E2 e rechaça o ponto de vista de E1.

Ducrot (1987, p. 204) ainda afirma que à negação polêmica “[...] corresponde a maior parte dos enunciados negativos”. Nos enunciados com a negação polêmica ocorre, por conseguinte, uma polifonia de enunciadores.

A *negação metalinguística*, segundo esse autor, é “[...] uma negação que contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe” (1987, p. 203).

Exemplo 12:

A: Creio que o mar está poluído

B: Ele não está poluído.

No exemplo 12, a negação no enunciado de B, contradiz o que fora dito em A e se opõe ao fato enunciado e apresentado por A. Como observamos, na negação metalinguística há a presença de locutores distintos, diferentemente da negação polêmica. Logo, essa se constitui em um tipo de polifonia de locutores.

O estudioso ainda acrescenta que, através da negação, podemos dizer coisas e ao mesmo tempo censurá-las, agradando, dessa forma, a todas as pessoas.

Os estudos concernentes à polifonia empreendidos por Ducrot (1988) apontam para o operador *mas* como índice de polifonia e que em seu funcionamento discursivo é possível perceber diferentes posicionamentos do locutor. Essa questão será objeto de estudo abordado na próxima seção.

2 O OPERADOR *MAS*

É difícil, após ter começado a observá-la, de não ficar fascinado pela conjunção *mas*.
Ducrot (1980).

Esta seção se propõe a fazer uma abordagem da estrutura *mas* a partir do olhar da Gramática Tradicional, que a trata como conjunção coordenativa adversativa, e da Teoria da Argumentação, que percebe o *mas* enquanto conectivo/operador argumentativo.

2.1 A gramática tradicional e a conjunção *mas*

Tradicionalmente as gramáticas e os livros didáticos dividem as conjunções em dois grupos: as coordenativas e as subordinativas, ou seja, conjunções que ligam termos ou orações independentes (coordenadas), como em “*Ela estudou para a prova. Ela não foi aprovada*”, em que temos dois períodos simples e independentes e que podem ser “unidos” por uma conjunção *mas* e teremos, então “*Ela estudou para a prova, mas não foi aprovada.*”. Agora um período composto por coordenação, isto é, formando uma oração coordenada assindética e uma oração coordenada sindética adversativa.

As conjunções que ligam termos dependentes são classificadas de conjunções subordinativas, como é o caso do exemplo seguinte:

Exemplo 13:

Pedro disse **que** não estudou para a prova,

em que temos a oração principal (1) e a oração subordinada (2), esta última classificada como oração subordinada substantiva objetiva direta; trata-se, portanto, de um complemento do verbo transitivo *disse*, funcionando, pois, como um objeto direto da oração (1). Observamos que nas orações subordinadas a função de “unir termos” é mais convincente do que nas orações coordenadas, uma vez que essa função extrapola esse sentido, como veremos mais adiante.

Cegalla (1985, p. 245), ao definir as conjunções coordenativas adversativas, afirma que essas são as que “exprimem oposição, contraste, ressalva e compensação”. O autor dá como um dos exemplos a oração:

Exemplo 14:

Querem ter dinheiro, **mas** não trabalham.

Relacionando o conceito apresentado por esse autor e a oração, percebemos que entre (1) e (2), ou seja, entre *Querer ter dinheiro e não trabalhar* há uma relação de oposição ou contraste.

Conforme Nicola e Infante (1997, p. 232), conjunção “é a palavra invariável usada para ligar orações ou termos semelhantes (de mesma função sintática) de uma oração.” Para esses autores a palavra *mas* está presente nas orações coordenadas adversativas, bem como *porém*, *contudo*, *todavia*, *entanto*, *entretanto* e ainda as locuções *no entanto*, *não obstante*, *nada obstante*, introduzindo essa oração e exprimindo contraste, oposição ou compensação em relação à anterior. Como exemplos, os autores apresentam (1997, p. 302):

Exemplo 15:

*Este mundo é redondo **mas** está ficando muito chato* (Barão de Itararé) e
*O amor é difícil **mas** pode luzir em qualquer ponto da cidade* (Ferreira Gullar).

Terra (2002, p. 210) apresenta para a conjunção o seguinte conceito: conjunção “é palavra invariável que liga duas orações ou dois termos que exercem a mesma função sintática dentro de uma oração”. O *mas*, assim como *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto* e *no entanto*, é classificado como conjunção coordenativa adversativa que “indica oposição, contraste”. Como exemplo, o autor (p.267) propõe:

Exemplo 16:

Pedro estuda, **mas** não aprende.

Faraco e Moura (2002, p.369) afirmam que conjunção “é a palavra invariável que estabelece relação entre duas orações ou entre dois termos que exercem a mesma função sintática”. Esses autores trazem como exemplo a oração:

Exemplo 17:

Gostaria de ler bastante, mas não tenho tempo.

Os autores também colocam o *mas* como pertencendo ao mesmo grupo de *porém*, *todavia*, *contudo* etc, que são as conjunções adversativas e apresentam “*relação de oposição*”. Observa-se que entre Terra (2002) e Faraco e Moura (2002) as definições são bem semelhantes e nada mais é dito sobre o papel ou a função desta palavra nos enunciados.

Para Bechara (2009, p. 319), “A língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado”, classificadas tradicionalmente como conjunções coordenativas ou subordinativas. Aquelas têm como função reunir “orações que pertencem ao mesmo nível sintático: dizem-se independentes umas das outras e, por isso mesmo, podem aparecer em enunciados separados.”

Sobre as conjunções coordenativas adversativas, Bechara (2009, p. 321), considera que a característica dessas é que elas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”. Como exemplo dado pelo autor, temos:

Exemplo 18:

Acabou-se o tempo das ressurreições, mas continua o das insurreições.

De acordo com o conceito colocado por Bechara (2009), podemos entender que entre *acabar o tempo das ressurreições* e *continuar o das insurreições* ocorreria uma relação de oposição.

Esse mesmo autor ainda considera as conjunções *mas*, *porém* e *senão* “adversativas por excelência”. De acordo com Bechara (2009, p. 321), a explicação seria a seguinte: “Ao contrário das aditivas e alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas. *Mas* e *porém* acentuam a oposição; *senão* marca a incompatibilidade”.

Uma abordagem interessante e abrangente da conjunção adversativa *mas* é apresentada por Cunha e Cintra (1985). Quando da conceitualização, esses autores e os já citados, assim como outros não presentes nesta análise (cf. Nascimento e Espíndola, 2003), assumem posições semelhantes ao afirmarem que as conjunções “são os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes na mesma oração” (p. 565).

Ainda de acordo com Cunha e Cintra (1985, p. 566), sobre a conjunção *mas*, esta pertence ao mesmo grupo de *porém*, *todavia*, *contudo*, *no entanto*, *entretanto* e são classificadas como conjunções coordenativas adversativas “[...] que ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma idéia de contraste”. Como exemplo, os autores apresentam:

Exemplo 19:

Apetece cantar, mas ninguém canta (M. Torga, CH, 44) e *Não havia muitas casas – nenhum edifício de apartamentos, porém sobravam grandes extensos terrenos baldios* (A. F. Schmidt, AP 20).

Até aqui as posições coincidem. A diferença, porém, está quando Cunha e Cintra (1985) apresentam alguns *valores particulares*, pois, para os autores, “certas conjunções coordenativas podem, no discurso, assumir variados matizes significativos de acordo com a relação que estabelecem entre os membros (palavras e orações) coordenados” (1985, p. 568).

A conjunção *mas* é uma das que assume esses vários significados, caracterizados, por esses autores (1985, p. 570), de valores afetivos e que, além de expressar noção de contraste, oposição, pode, também, exprimir ideias de:

a) restrição:

*Continuou a conversa interrompida com a senhora gorda, que tinha muitos brilhantes, **mas** uma terrível falta de ouvido, porque não se pode ter tudo.* (M. J. de Carvalho, PSB, 145).

b) retificação:

*Eram mãos nuas, quietas, essas mãos; serenas, modestas e avessas a qualquer exibicionismo. **Mas** não acanhadas, isso nunca.* (M. J. de Carvalho, PSB, 138).

Exemplo em um diálogo:

— *O major, hoje, parece que tem uma idéia, um pensamento muito forte.*

— *Tenho, filho, não de hoje, **mas** de há muito tempo.* (Lima Barreto, TFPQ, 94.)

É relevante comentar aqui que no primeiro exemplo da letra (b) de retificação, a função do operador *mas* corresponde mais ao *masPA* do que ao *masSN*, visto que a proposição anterior não possui a partícula negativa na sua estrutura. Já em relação ao segundo exemplo, com o diálogo, ainda que os autores não apresentem essa nomenclatura, *masSN*, trata-se do operador *mas* com função retificadora apontado por Ducrot e Vogt (1980).

c) atenuação ou compensação:

*Vinha um pouco transtornado, **mas** dissimulava, afetando sossego e até alegria.* (Machado de Assis. OC, I, 541).

d) adição:

*Anoitece, **mas** a vida não cessa.* (R. Brandão, P, 150).

*Era bela, **mas** principalmente rara.* (Machado de Assis, OC, I, 639).

Outros empregos dessa conjunção são importantes e foram observados por Cunha e Cintra (1985). Os autores chamam a atenção para a importância de observarmos os empregos dessa conjunção (e de outras do grupo) que podem “mudar a sequência de um assunto, geralmente com o fim de retomar o fio do enunciado anterior que ficara suspenso” (p. 571), conforme os exemplos:

Exemplo 20:

***Mas** continua. Não te esqueças do que estavas a contar.* (D. Mourão-Ferreira, I, 69).

***Mas** os dias foram passando.* (J. Lins do Rego, U, 16).

*Um dia, **porém**, o Duro regressou à terra.* (M. Torga, CM, 131).

Cunha e Cintra (1985, p. 540) trazem, ainda, a conjunção *mas* classificada como “palavras denotativas de situação”. O uso da conjunção coordenativa adversativa *mas*, bem como de outras “palavras” como *então*, *afinal*, *cá* em contextos que fogem do enquadramento dado pela classificação de advérbio, ou seja, não funcionam como o advérbio que modifica o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio. É o que ocorre no caso dos exemplos seguintes.

Exemplo 21:

*Desculpe-me... **Mas** sente-se mal?* (A. Abelaira, NC, 40).

-- ***Então** conheceu seu irmão?* (É. Veríssimo, A, II, 463).

-- ***Afinal**, ela não tem culpa de ser filha de ministro.* (F. Sabino, EM, 85).

Com base nessa breve explanação, ficou evidente que a maioria dos autores vistos converge para uma mesma posição: a de que a conjunção adversativa *mas* e outras do mesmo grupo (como *porém*, *contudo* etc.) devem funcionar como uma palavra que irá ligar dois termos, ou orações, que se opõem ou que exprimem contrastes.

Contudo, muito embora ainda não seja tratado de um ponto de vista argumentativo, registros do uso da conjunção coordenativa adversativa *mas* com diferentes valores, além de opor e contrastar, são apontados por Cunha e Cintra (1985).

2.2 A visão argumentativa do operador *mas*

Antes de iniciarmos este item, abriremos um pequeno espaço para situar os conectivos argumentativos no terreno maior que é a Teoria da Argumentação.

Espíndola (2005, p. 19), ao tratar da Argumentação na linguística, ressalta que:

[...] o termo **operador argumentativo** (OA) – em sentido amplo [...] – abrange: **operador argumentativo** (sentido estrito) – partícula da língua que, aplicada a um enunciado, indicará o topos e a respectiva força com que este será atualizado; **conector argumentativo** – partícula da língua que articula duas porções textuais, indicando o topos e a respectiva força com que será atualizado; e **modificador** (realizante e derrealizante) – palavras cuja função é modificar os predicados de uma língua (nomes e verbos), indicando o topos e a força com que serão aplicados a uma determinada situação/pessoa/fato.

Logo, conforme essa autora é possível identificar dois tipos de operador: operador sem ser conector e operador conector. Salientamos que iremos nos deter em um tipo, o *mas*, da segunda categoria.

Koch (2004), ao dedicar-se ao estudo dos operadores argumentativos, aponta, dentro do termo maior *Operadores Argumentativos*, cunhado por Ducrot e colaboradores no interior da Semântica Argumentativa, que há dois tipos de operadores: os do *tipo lógico* e os do *tipo discursivos* ou *argumentativos*.

Os operadores do *tipo lógico*, segundo Koch (2004, p.120), são aqueles utilizados com a função de ligar “[...] apenas proposições dentro do mesmo enunciado, transformando predicados simples em complexos e dando origem a frases ligadas [...]”. Nesse caso, denominam-se operadores do tipo lógico aqueles presentes nas orações subordinadas. Esse tipo de operador, ainda consoante a autora, são constituintes das proposições compostas como as copulativas, disjuntivas, condicionais, causais, relativas e discretivas. Como exemplo de um operador do tipo lógico, a autora apresenta:

Exemplo 22:

Se a alma é espiritual, ela é imortal.

No exemplo 22, o operador do tipo lógico *se* se faz presente em uma proposição do tipo condicional, que conforme a autora “[...] são proposições formadas de duas partes ligadas pela conjunção *se*, em que a primeira, que encerra a condição, constitui o antecedente e a segunda, o conseqüente.” (2004, p 124).

Quanto aos operadores do *tipo discursivo* ou *argumentativo*, ainda conforme essa autora (2004, p. 120), são aqueles que “[...] aparecem não só entre as orações de um mesmo período, mas também de encadeando orações de períodos diferentes ou encadeando parágrafos diferentes.”

No tocante aos tipos discursivos ou argumentativos, Koch (2004, p. 130) afirma que:

Muito mais importantes, porém, do ponto de vista da enunciação, são as relações do tipo discursivo, a que, como dissemos, se podem dominar também de pragmáticas, argumentativas, retóricas ou ideológicas, e que são responsáveis pela estruturação de enunciados em textos, por meio de encadeamentos sucessivos de enunciados, cada um dos quais resultante de um ato de linguagem particular. Esse encadeamento é feito, geralmente, por meio dos operadores argumentativos (ou operadores do discurso).

O exemplo apresentado pela autora ilustra muito bem o excerto acima: *Conversei ontem com seu pai, tanto que ele estava gripado.* Um dos locutores já havia afirmado que seu pai estava gripado. Assim, um segundo locutor (L2), com o propósito de verificar/comprovar, afirma e, possivelmente, retoma o enunciado dito anteriormente pelo L1. Vejamos a representação:

Exemplo 23:

L1 – *Meu pai está gripado.*

L2– *Conversei com seu pai, tanto isso é verdade que pude verificar que ele estava gripado.*

Assim, consoante Koch (2004, p. 130), “[...] a segunda proposição não se relaciona sintaticamente com a primeira, mas sim com o **modo de afirmação**, estabelecendo um elo com as condições subjetivas da enunciação.”, grifo da autora.

Mas, ainda conforme a autora (2004, p.120), adotar essa proposta de classificar os operadores em tipos lógicos ou discursivos “[...] exigiria, evidentemente, uma reclassificação das conjunções usualmente consideradas como coordenativas e como subordinativas pelas gramáticas tradicionais”.

Koch (2004, p. 125) apresenta o operador *mas* como pertencendo ao grupo do tipo lógico, com base na Lógica de Port Royal, e traz como exemplo:

Exemplo 24:

“Não é das riquezas , mas da ciência que depende a felicidade”.

Conforme a autora, partículas como *mas* e *entretanto* estão presentes nas proposições discretivas que “[...] são aquelas em que se fazem julgamentos diferentes nas duas proposições”. Ainda de acordo com a autora (2004, p. 130), a estrutura linguística *mas* também é vista como pertencendo ao grupo das relações do tipo discursivo, com base em estudos empreendidos por “[...] Ducrot e Vogt (1979), Guimarães (1980, 1981) e Anscombe e Ducrot (1976) [...]”. Dessa forma, consideramos, com base nesses últimos estudiosos, que o *mas* pode funcionar como operador discursivo uma vez que esse pode funcionar como ativador de polifonia, como veremos mais adiante, e pode contrapor tanto segmentos de um mesmo enunciado, como no exemplo 25, como porções textuais maiores que orientem para conclusões contrárias, exemplo 26.

Exemplo 25:

(Texto 25)³⁰:

A adoção é um meio de mudar essa realidade, mas não é o suficiente para acabá-la. (TP)

³⁰ O exemplo 25 foi retirado do próprio *corpus* analisado.

Exemplo 26:

(Texto 26)³¹:

Em pouca vez essas pessoas que adotam crianças, as vezes não querem ajudar, elas só adotam para fazer o mal.

Mas com a adoção, irá diminuir o numero de crianças abandonadas e essas crianças vão ter a chance de conhecer um novo mundo. (TP)

Consoante Koch (1999, p. 17), os operadores têm como função relacionar semanticamente elementos no interior do texto, essenciais para a interpretação do mesmo. A pesquisadora afirma ainda que “A coesão, por estabelecer *relações de sentido*, diz respeito ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes, aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos”. Trata-se, portanto, de um “elo coesivo” o funcionamento desses recursos coesivos, na produção textual.

Essa autora (2007, p.31-38) apresenta a seguinte classificação dos operadores:

- A) Operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão: *até, mesmo, até mesmo, inclusive*.
- B) Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: *e, também, ainda, nem, não só... mas também, tanto...como, além de..., além disso..., a par de..., etc.*
- C) Operadores que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores: *portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, conseqüentemente, etc.*
- D) Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas: *ou, ou então, quer...quer, seja...seja, etc.*

³¹ O exemplo 26 foi retirado do próprio *corpus* analisado.

- E) Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, com vistas a uma dada conclusão: *mais que, menos que, tão...como*, etc.
- F) Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior: *porque, que, já que, pois*, etc.
- G) Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: *mas* (porém, contudo, todavia, no entanto, etc.), *embora* (ainda que, posto que, apesar de (que), etc.).
- H) Operadores que tem por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos: *já, ainda, agora*, etc.
- I) Operadores que se distribuem em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para a afirmação total e o outro, numa escala orientada para a negação total: *um pouco e pouco*.

Como se percebe acima, o operador *mas* pertence ao grupo G, ou seja, ao grupo dos operadores que contrapõe argumentos orientando os enunciados para conclusões opostas.

Ducrot e Vogt (1980), no artigo intitulado “De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica”, foram os primeiros linguistas a realizarem um estudo mais profundo do *mas*, como operador argumentativo. Para esses autores uma possível explicação é que a palavra *mas*, presente em algumas línguas como o português (*mas*), o francês (*mais*) e o italiano (*ma*), tenha se formado a partir do advérbio *magis* proveniente da língua latina, e não do adversativo latino *sed*. Em algumas línguas, esse advérbio deu origem a outros vocábulos, como é o caso da língua portuguesa em que há a existência de *mais* e *mas*, para usos como *Pedro é mais alto que o irmão* ou *Pedro quer ser aprovado mas não estuda*. Vale salientar que, às vezes, na oralidade é quase impossível identificar diferenças de pronúncia nos dois vocábulos. Entretanto, em línguas como o francês, o advérbio latino originou apenas a palavra *mais* que corresponde ao nosso *mas*, funcionando como conjunção adversativa, como em *Le livre est petit, mais est très bon* (O livro é pequeno, mas é muito bom); quando é exigida a comparação usa-se *plus*, como em *Il est plus intelligent que son frère* (Ele é mais inteligente que seu irmão).

Dando continuidade aos estudos sobre o *magis*, esses autores distinguiram dois tipos de *mas*, dele derivados, que apresentam funções diferentes, que seriam o *masSN* e o *masPA*. Ducrot e Vogt (1980, p. 102) explicitam que o *masSN* corresponde ao alemão *sondern* e ao espanhol *sino*. O *masPA* equivale ao espanhol *pero* e ao alemão *aber*. A função de um *masSN* é retificar; sua posição no enunciado é sempre “depois de uma proposição negativa $p = \text{não-}p'$, e introduz uma determinação q que substitui a determinação p' negada em p e atribuída a um interlocutor real ou virtual”. Como exemplo, os autores destacam o enunciado: *Ele não é inteligente, mas apenas esperto*.

Assim, o desenho do enunciado seria: *Ele não inteligente* (p) \leq (p') \Rightarrow ***mas apenas esperto*** (q), onde p é a proposição enunciada, p' a conclusão realizada pelo interlocutor, e substituída por q , tornando p' um *não-}p'*, ou seja uma determinação descartada/retificada por q .

Sobre o fato de o *masSN* exigir que a proposição anterior seja negativa, Guimarães (1987, p. 61-62), ao realizar estudos sobre o funcionamento das conjunções no português, afirma que esse conectivo aparece com a “função de correção de algo suposta ou realmente dito antes”, como no exemplo exposto pelo autor:

Exemplo 27:

Ela não é nadadora mas atleta.

O autor utiliza alguns critérios para comprovar a sua tese. Os primeiros dizem respeito à inversão das orações e articulação por sobre os limites da frase:

- a) inversão das orações: *Mas atleta, ela não é nadadora.*
- b) articulação por sobre os limites da frase: *Ela não é nadadora. Mas atleta.*

Os enunciados *a* e *b* acima, conforme Guimarães, são impossíveis de realização. Entretanto, é possível gerar enunciados utilizando os critérios de negação, pergunta e encadeamento do texto, como nos critérios *c*, *d* e *e*.

- c) negação: *é necessária a presença da negação na primeira parte da frase.*
- d) pergunta: *Ela não é nadadora mas atleta?*

e) encadeamento do texto: *Creio que ela não é nadadora mas atleta.*

f) Levando em consideração uma divisão do enunciado para dois locutores:

L1 - Ela não é nadadora.

L2 - Mas atleta.

Para Guimarães (1987, p. 62) “Não é razoável um diálogo” dessa ordem.

g) divisão entonacional no interior da frase:

Ela não é nadadora / mas atleta.1 (possível) e

Ela não é nadadora mas / atleta.2 (impossível).

Aqui o autor nos chama a atenção para a existência de “dois grupos prosódicos”.

Uma vez que a divisão acontece antes da conjunção, ocorre então a possibilidade em 1 e a impossibilidade em 2.

h) correlação dos modos verbais: *Não seja nadadora, mas seja atleta*, talvez seja um enunciado possível de se encontrar, ao passo que (?) *Ela não é nadadora mas (seja) atleta*, não seja possível de ser encontrado.

Em relação ao *masPA*, os autores fazem uma ressalva no que diz respeito a sua origem, pois o mesmo pode ter sido ou derivado do advérbio latino *magis*, como dito anteriormente, entretanto, sendo usado no latim vulgar, ou o advérbio latino teria formado “apenas o *masSN* que, em seguida, ter-se-ia estendido para preencher a função PA” (1980, p. 117).

Explicando a estrutura do funcionamento do *masPA*, Ducrot e Vogt (1980, p.104) afirmam que “sua função é introduzir uma proposição *q* que orienta para uma conclusão *não-r* oposta a uma conclusão *r* para a qual *p* poderia conduzir”. Como exemplo para o exposto, os autores nos dão o seguinte enunciado: *Ele é inteligente, masPA estuda pouco*. Assim, seja *Ele é inteligente* (*p*), essa proposição orientará o interlocutor para a conclusão *r* (possivelmente, *ele é muito estudioso*), no entanto, o

masPA introduz uma outra proposição *estuda pouco (q)* gerando, portanto, uma conclusão *não-r* que diverge da conclusão anterior *r* indicada pelo segmento.

Aplicando os mesmos critérios de teste aos enunciados produzidos com o *masPA*, Guimarães (1987, p. 63-64) aponta, a partir do seguinte exemplo:

Exemplo 28:

Paulo era o mais adequado para o cargo mas não foi o escolhido.

- a) inversão das orações: *Mas não foi o escolhido, Paulo era o mais adequado para o cargo.*

Assim como no *masSN* a inversão não é possível.

- b) articulação por sobre os limites da frase: *Paulo era o mais adequado para o cargo. Mas não foi o escolhido.*

Segundo esse autor, “[...] esta possibilidade não só existe como ela é bastante comum em português.”

- c) negação: *Paulo não era o mais escolhido para o cargo, mas não foi o escolhido.*

Como a negação recai sobre a primeira oração, para o autor “a frase só tem sentido numa situação em que *não ser o mais adequado* é inicialmente tomado como razão para *ser escolhido*”

- d) pergunta: (?) *Paulo era o mais adequado para o cargo, mas não foi o escolhido?*

Para Guimarães, essa frase não teria sentido nem com a incidência da interrogação sobre apenas uma parte ou mesmo sobre o todo.

- e) encadeamento do texto: *Creio que Paulo era o mais adequado para o cargo, mas não foi o escolhido.*

O encadeamento é possível, no entanto incide apenas sobre a primeira frase, ou seja, “as orações são tomadas separadamente no encadeamento”.

- f) divisão para dois locutores:

L1 – *Paulo era o mais adequado para o cargo.*

L2 – *Mas não foi o escolhido.*

Para Guimarães, a divisão não acarretaria nenhum problema.

- g) divisão entonacional no interior da frase: *Paulo era o mais adequado para o cargo / mas não foi o escolhido*¹ e *Paulo era o mais adequado para o cargo mas / não foi o escolhido*².

Assim como no *masSN*, há a possibilidade em 1 e a impossibilidade em 2.

- h) correlação dos modos verbais nas orações: *Paulo era o mais adequado para o cargo mas não foi o escolhido* (possível) e (?) *Paulo seja o mais adequado para o cargo mas não é (será) o escolhido* (impossível).

Percebemos, portanto, comportamentos semelhantes quando das possibilidades de mudança/alteração das frases, sejam de ordem estrutural ou entonacional, tanto na estrutura *masSN* como na *masPA*, em algumas situações, bem como comportamentos divergentes, como é o caso do critério de divisão para dois locutores (f), inadmissível em *masSN* e admissível em *masPA*. Concordamos que o *masSN* tem uma função de retificar ou corrigir aquilo que foi dito anteriormente. No *masPA*, a função de retificar é substituída pela função de criar um suspense, já que procura evitar que uma conclusão definitiva seja tirada, pelo interlocutor, após o término do primeiro enunciado³².

Diferentemente do *masSN* que exige que a proposição anterior seja, obrigatoriamente negativa, o *masPA* não o exige.

Outro estudioso que se deteve sobre o operador *mas* foi Guimarães (1987) que realizou um estudo comparativo entre esse operador e o operador *embora*. O autor, sobre as conjunções, apresenta uma análise do funcionamento da conjunção *embora*, colocada com a função argumentativa, tendo então comportamento semântico idêntico ao *masPA*. O estudioso explica suas análises a partir de frases com *mas* e *embora* como nos exemplos seguintes (1987, p. 109):

I - *Não queria (X), mas fiz o trabalho (Y), porque será melhor para mim (Z).*

II – *Fiz o trabalho (X), embora não quisesse, porque será melhor para mim (Z).*

³² O termo enunciado é compreendido, conforme Ducrot (1988), como a soma S₁ + S₂ (seguimento 1 + seguimento 2).

Observemos que em I a estrutura é $Z \Rightarrow Y$, ou seja, Z se articula com Y(*mas*). Já no caso de II, com *embora*, a estrutura é $Z \Rightarrow X$, e não com *embora*Y.

Entretanto, ao analisar frases do tipo:

III – *Não queria (X), mas fiz o trabalho (Y). E não queria fazê-lo porque não gosto deste trabalho (Z), e*

IV – *Embora não quisesse, fiz o trabalho. E não queria fazê-lo porque não gosto deste trabalho*, esse pesquisador percebeu que sua conclusão estava invalidada, pois agora a estrutura tomada como regra de articulação seja ($Z \Rightarrow Y(\textit{mas})$) ou ($Z \Rightarrow X$) não funcionava. Em III, com o uso do *mas*, Z se articula com X, e em IV, com o uso de *embora*, Z se articula com *embora*Y. O autor chama a atenção para o fato de que como em III e IV “[...] para se encadear algo com *embora*Y em X, *embora*Y faz-se necessário retomar o que se diz em Y. E que para se encadear algo com X em X, *mas* Y faz-se necessário retomar X”, (1987, p.111).

Ainda sobre a relação em *mas*PA e *embora*, Koch (2007, p.37) assevera que os dois “[...] têm funcionamento semelhantes: eles apontam para conclusões contrárias”. De acordo com essa autora, a diferença entre esses dois grupos está diretamente ligada à “estratégia argumentativa utilizada pelo locutor”. Assim, quando o locutor utiliza a estrutura X, *mas*Y, como em *Ele era o mais adequado para o cargo*, cria uma expectativa no interlocutor e faz com que ele construa uma conclusão (r). Ao introduzir o *mas*, essa conclusão é rechaçada/anulada e uma outra é exposta pelo locutor: *mas não foi o escolhido*. A autora denomina esse recurso de “estratégia do suspense”. Guimarães (1987, p.120) destaca que “Esta estratégia diz algo como para frustrar a expectativa criada pelo que se deu como o começo [...]”.

Em construções realizadas com a estrutura *embora*Y, X, como em *Embora ele fosse o mais adequado para o cargo*, a palavra *embora*, de certa forma, já explicita o ponto de vista do locutor em relação ao restante do que será dito, *não foi o escolhido*. Koch (2007, p. 37) dá a essa estratégia o nome de “antecipação”, uma vez que ela “anuncia de antemão” que o argumento introduzido pelo *embora* vai ser anulado, “não vale”. Como bem coloca Guimarães (1987, p.121), em construções desse formato “o que se põe como espaço de acordo inicial é posto como não sustentável na organização argumentativa”.

Vogt (2009) ao estudar a comparação com “adjetivos argumentativamente dependentes” apresenta o seguinte exemplo envolvendo dois locutores: L e D, (2009, p. 42). Vejamos:

Exemplo 29:

L : O café está mais quente do que a sopa. /1/

D: Mas ele está (realmente) quente? /2/

Não levaremos em conta, aqui, a questão referente à zona de temperatura (cf. Vogt, 2009), mas a uma possível função da estrutura *mas* nesse enunciado.

Conforme esse autor, a proposição que fora introduzida pelo elemento *mas*, ou seja, o enunciado produzido por D não se opõe ao produzido por L, “mas antes recusa, argumentativamente, a organização que L deu à sua informação sobre o café, por ser insuficiente” (2009, p. 42)

Dessa forma, o autor ainda sugere que o enunciado D não teria qualquer valor interrogativo em relação ao enunciado L. Sua função seria puramente argumentativa, recaindo sobre o conteúdo informado por L, em seu enunciado.

Nas análises por nós empreendidas foi possível identificar usos do operador *mas* com valor argumentativo, quando aparentemente sua função seria retórica³³, como é o caso do exemplo seguinte retirado no nosso *corpus*:

Exemplo 30,
Texto 01:

A pesquisa também revela que o número de casais que querem adotar uma criança é grande, **mas** onde está o problema então?. (TP)

Ainda que o operador *mas* esteja revestido de um valor retórico, é possível perceber que sua função é a de orientar o enunciado para conclusões opostas. Isso significa dizer que a função argumentativa não é anulada em detrimento de uma aparente função retórica.

³³ O uso da expressão “retórica”, aqui, é visto conforme Kerbrat-Orecchioni (2005, p. 111. A autora utiliza esse termo para se referir a perguntas que, segundo ela, “[...] não pedem necessariamente uma resposta, mas no máximo uma relação análoga àquela que os enunciados assertivos geralmente engendram”.

O locutor do texto apresenta o argumento de que há um grande número de casais disposto a adotar uma criança. Esse argumento leva o interlocutor a concluir que a adoção resolve o problema. Quando inicia a segunda proposição com “*mas* onde está o problema então?”, leva o interlocutor a concluir que há um problema por trás do processo de adoção que faz com que a mesma não resolva o problema dos meninos abandonados.

O operador *mas*, dessa forma, no exemplo do texto 01, não funciona com valor apenas retórico ou interrogativo, mas com valor argumentativo, iniciando, portanto, um contra argumento em relação ao argumento apresentado na primeira proposição do enunciado.

2.2.1 O operador *mas* como índice de polifonia

O operador argumentativo *masPA* também pode funcionar como um índice de polifonia nos enunciados. Através da ocorrência do *mas*, é possível não só identificar diferentes enunciadores, como também descrever o posicionamento do locutor responsável pelo discurso com relação a esses enunciadores.

Buscando traçar uma representação para as posições do locutor frente aos enunciadores, Ducrot (1988, p. 69-71) apresenta em três análises de enunciados com estrutura *X mas Y* as possíveis posições do locutor L. Vejamos dois desses exemplos:

Exemplo 31:

Sí, hace buen tiempo pero me duelen los pies. (Sim, faz bom tempo mas me doem os pés.)

Ao apresentar na primeira proposição o argumento de que “faz bom tempo”, o locutor possibilita ao seu interlocutor concluir “Eu irei ao passeio”. No entanto, quando o locutor introduz a segunda proposição iniciada com o operador *mas* “mas me doem os pés”, o interlocutor, com base nessa última proposição concluirá que “Eu não irei ao passeio”.

No exemplo 31, é possível identificar os quatro enunciadores:

E1: Sim, faz bom tempo.

E2: Eu irei ao passeio. (conclusão r)

E3: Mas me doem os pés.

E4: Não irei ao passeio. (conclusão não-r)

Conforme o próprio Ducrot, o locutor aprova E1, rechaça E2 e se identifica com E3 e E4.

Vejamos, pois, outro exemplo também apresentado por esse autor.

Exemplo 32:

Creio que vamos ter êxito, mas nada é seguro na vida. (Creo que vamos a tener exito, pero nada hay seguro em la vida).

O autor identifica quatro enunciadores presentes no enunciado acima, a saber:

E1 – creio que vamos ter êxito, ponto de vista com o qual o locutor se identifica; E2 apresenta otimismo em relação ao que afirma E1.

E2 é a conclusão que pode ser produzida com base apenas em E1, mas que logo é recusada pelo locutor.

E3 apresenta outro ponto de vista “mas nada é seguro na vida”, que, por sua vez, revela dúvida em relação à situação da vida. O locutor aprova esse ponto de vista e, partir dele, E4 conclui ser perigoso tal otimismo revelado por E1.

E4, então, se constitui como a conclusão não-r, que por sua vez, será diferente da conclusão E2.

A posição do locutor, frente a esses enunciadores, será: aprovar E3, identificar-se com E1 e E4 e rechaçar E2.

Como fora dito anteriormente, o locutor pode, frente aos enunciadores, assumir pontos de vista, ou posicionamentos, diversos: aprová-los, identificar-se ou ainda se opor aos mesmos.

Assim, Ducrot (1988, p. 71) postula que o que há de comum entre os exemplos citados anteriormente é que:

“[...] **L rechaça siempre a E2** y se identifica com E4, es decir que el locutor siempre concluye no r. En quanto a E1 y E3 todo lo que podemos decir es que L no los rechaça, en unos casos puede aprobarlos, en otros casos puede identificarse con ellos³⁴”. (Grifo nosso)

Assim, como pode ser observado na citação acima, esse autor estabelece como regra que essas são as posições possíveis do locutor L em relação aos enunciadores presentes nos enunciados. No entanto, é possível outros posicionamentos de L com relação a E2, não previstos por Ducrot. Isso é possível em exemplos como os que se seguem, retirados de nosso *corpus* de investigação.

Vejamos:

Exemplo 33:

Texto 02:

A adoção vem ajudando muito com o problema do menor abandonado, pois dão as crianças o direito de ter amor de uma família, **mas** não é a solução para o problema. (TP)

Analisando o texto 02, é possível afirmar que a primeira proposição apresentada pelo locutor “A adoção vem ajudando muito com o problema...” permite seu interlocutor concluir que “A adoção pode resolver o problema do menor abandonado no Brasil”. Ao apresentar a segunda proposição “mas não é a solução para o problema”, o locutor possibilita ao seu interlocutor concluir que “A adoção não resolve completamente essa problemática”.

O que podemos perceber nesse exemplo é que entre as conclusões “A adoção ajuda a resolver a problemática dos menores abandonados” e “A adoção não resolve completamente essa problemática”, não há direções opostas, mas complementares, pois não é o fato de não resolver completamente que faz com que a adoção não ajude.

Polifonicamente temos:

³⁴ [...] L rechaça sempre a E2 e se identifica com E4, quer dizer que o locutor sempre conclui não-r. Enquanto a E1 e E3 tudo que podemos dizer é que L não os rechaça, em uns casos pode aprová-los, em outros casos pode se identificar com eles. (Tradução nossa.)

E1: A adoção vem ajudando muito com o problema do menor abandonado.

E2: A adoção pode resolver o problema do menor abandonado no Brasil.

E3: **Mas** não é a solução para o problema.

E4: A adoção não resolve completamente essa problemática.

As posições do locutor frente aos enunciadores são: aprova E1, identifica-se com E3 e E4, e não rechaça completamente E2, pois não é o fato da adoção não poder resolver o problema. Ela resolve, mas apenas parcialmente.

De maneira diferente, em relação à posição do locutor frente a E2, temos o exemplo seguinte:

Exemplo 34:

Texto 24:

O Brasil tem-se em papel que, as crianças e jovem são assegurado mediante constituição, **mas** só vimos contrastes nesse país.
(TP)

Nesse exemplo, é possível verificar que, como base na primeira proposição “O Brasil tem-se em papel que, as crianças e jovem são assegurado mediante constituição”, o interlocutor pode facilmente concluir que as crianças estão protegidas pela lei. Quando o locutor introduz o operador *mas* na segunda proposição “mas só vimos contrastes nesse país”, o interlocutor concluirá que “as crianças não estão asseguradas pela constituição”.

Polifonicamente é possível observar:

E1: O Brasil tem-se em papel que, as crianças e jovem são assegurado mediante constituição.

E2: Crianças e jovens brasileiros estão protegidos pela lei. (conclusão r)

E3: mas só vimos contrastes nesse país.

E4: Crianças e jovens não estão assegurados pela lei. (conclusão não-r)

Aqui, a posição do locutor frente aos enunciados será: aprova E1, rechaça completamente E2 e identifica-se com E3 e E4.

Conforme vimos nesses dois rápidos exemplos, em relação aos enunciadores, a posição do locutor L nem sempre será de rechaçar E2. Em alguns casos E2 pode ser rechaçado totalmente, em outros, parcialmente e em alguns casos até aprovado.

Em relação aos enunciados em que aparecem o *mas*SN, ainda que, conforme Guimarães (1987, p. 109), o “[...] mas não estabelece orientação argumentativa [...]”, quando de uma análise polifônica, é possível identificar também alguns enunciadores, conforme exemplo 35. Ressaltamos que a análise polifônica em enunciados com *mas*SN não foi realizada e que, por isso, essa questão merece ser discutida e aprofundada.

Exemplo 35,

Texto 03:

A adoção **não** vai resolver ou solucionar esse problema, **mas** vai ajudar. (TP)

Nesse exemplo, o locutor utilizou o *mas* com a função de retificar algo dito anteriormente, ou seja, o fato de um enunciador anterior ter afirmado que a adoção resolveria ou solucionaria o problema dos meninos abandonados. Como já dito em outros momentos, a primeira proposição vem sempre constituída por uma estrutura/partícula negativa.

Assim, é possível encontrar três enunciadores no enunciado:

E1: A adoção vai resolver ou solucionar o problema vivido pelos menores abandonados.

E2: A adoção **não** vai resolver ou solucionar o problema [...].

E3: **Mas** vai ajudar.

Frente aos enunciadores, o locutor L assume a seguinte posição: rechaça E1, e se identifica com E3 e aprova E2.

É importante ressaltar que a polifonia de enunciadores aqui não é ativada pela presença do *mas* com função retificadora, mas pela presença da partícula negativa, que, nesse enunciado, é marca da *negação polêmica*.

Logo, embora seja possível identificar polifonia em enunciados com *masSN*, não é esse que adquire a função de indicar polifonia, são outros elementos, como a partícula *não* no exemplo acima, que a ativam. Nesse sentido, concordamos com Ducrot, no sentido de que o *masPA* é operador argumentativo ativador de polifonia e que o *masSN* é retificador, não ativando polifonia nos enunciados.

3 ANÁLISE DO *CORPUS*

Nesta seção, explanaremos a parte metodológica utilizada para a análise do nosso *corpus*, bem como discutiremos a noção de gênero discursivo/textual que dará base a nossa escolha em perceber o texto de opinião enquanto gênero textual/discursivo, para finalmente, realizarmos a análise propriamente dita do operador *mas*, nas produções textuais.

3.1 Procedimentos metodológicos

O *corpus* desta pesquisa é constituído de produções textuais de alunos egressos do Ensino Médio e que estavam prestando o PSS (Processo Seletivo Seriado) para ingressar na UFPB (Universidade Federal da Paraíba), no ano de 2009.

Nosso estudo se dará, especificamente, com base na 2ª questão da prova de Redação, que solicitava aos alunos a produção de um texto de opinião, contendo entre 10 e 12 linhas, utilizando a norma culta padrão da língua portuguesa.

A partir de duas citações extraídas da revista VEJA, uma sobre os direitos das crianças e outra sobre o número de menores abandonados, a seguir:

Citação I:

[...] a Constituição assegura à criança e ao adolescente o direito à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Art. 227)

BORJA, Celio. Surto de intolerância. In: **VEJA**. Editora ABRIL. – Ed. 2008 – Ano 40, Nº 19. 16 mai. 2007, p. 57.

Citação II:

“Segundo levantamento da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), existem cerca de 80.000 crianças abrigadas no Brasil. [...] uma situação nociva para o desenvolvimento de qualquer criança e em total desacordo com um de seus direitos fundamentais – o de ser criada por uma família, seja a biológica, seja uma substituta.”

SOARES, Ronaldo. Mudança para melhor. In: **VEJA**. Editora ABRIL – Ed. 2075 – Ano 41, Nº 34. 27 ago.2008, p. 70.

é proposta a seguinte questão:

Imagine que você está participando de uma pesquisa de opinião, disponível em um site, em que são apresentados os textos acima, devendo responder à seguinte pergunta:

A ADOÇÃO RESOLVE O PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO NO BRASIL?

A escolha por essa questão deu-se pelo fato de se tratar de um texto de opinião, no qual os alunos deveriam apresentar seus pontos de vista em relação à questão da adoção, enquanto uma solução para a problemática do menor abandonado.

A coleta dos textos ocorreu na sede da COPERVE (Comissão Permanente de Vestibular), entre os meses de fevereiro e março do ano de 2009. De um universo de aproximadamente 30.000 alunos que prestaram a prova, foram coletados aleatoriamente 1000 textos para essa investigação. Os mesmos estavam em arquivos formatados em MDI (Microsoft Office Document Image), que foram posteriormente transformados em PDF, agrupados em 10 arquivos, cada um deles contendo 100 textos. Assim, foi feita a escolha pela questão de número 2, por se tratar de um texto de opinião. Dessa forma, totalizou-se um número de 500 textos. Desse montante, foram identificados nosso objeto de análise em 139 produções textuais, e um total de 147 ocorrências do operador *mas*.

O objetivo desta pesquisa é fazer uma análise semântico-discursiva do *mas* em produções textuais (texto artigo de opinião) de alunos egressos do ensino médio. A nossa hipótese, nesse empreendimento, é de que os alunos utilizam o operador tal como é proposto na Teoria da Argumentação, ou seja, o *mas* tem como função articular diferentes pontos de vista. Para o desenvolvimento de análise, o processo foi dividido em duas etapas.

À primeira etapa da pesquisa coube classificar, consoante classificação proposta por Vogt e Ducrot, cada uma das ocorrências do operador *mas*, considerando sua função

semântico-discursiva. O nosso objetivo com essa classificação foi verificar com que frequência cada uma das funções semântico-discursivas ocorre no referido *corpus*. Estivemos atentos, inclusive, para verificar se os alunos empregaram esse operador com outras funções não previstas por Ducrot e outros estudiosos da área.

Na segunda etapa, descrevemos até 10 ocorrências de cada uma das funções encontradas, escolhidas aleatoriamente, descrevendo os efeitos de sentido gerados a partir do uso do referido operador nos textos. Em outras palavras, analisamos as funções semântico-discursivas e outros efeitos de sentidos gerados pelo(s) uso(s) desse operador. Nossa escolha em descrever até dez ocorrências se deu com o intuito de evitar repetições nas análises, uma vez que as funções descritas se repetiam demais nas ocorrências.

Por ser esta pesquisa de caráter documental e com abordagem qualitativa, a nossa preocupação é, principalmente, fazer uma análise do(s) uso(s) do *mas* pelos alunos, não focamos nossa análise na quantificação e ocorrência desses operadores. No entanto, não deixamos de observá-la, até mesmo para que tivéssemos como verificar a ocorrência de cada uma das funções semântico-discursivas do referido operador, no *corpus* em estudo.

É relevante destacar aqui que a COPERVE, em seus concursos, trabalha com a noção de gêneros discursivos/textuais conforme postulações de Bakhtin (2000) e Marcuschi (2008), e apresenta, na prova de redação, a seguinte definição de texto de opinião:

Texto de opinião é um texto argumentativo, em que o autor apresenta seu ponto de vista acerca de determinado assunto, com o objetivo de convencer o leitor a aceitar suas idéias.

DUTRA, Vânia L.R. **O texto de opinião no ensino fundamental**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/10/13.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

3.2 O texto de opinião: algumas considerações

Como muito bem afirma Marcuschi (2008), o interesse dos pesquisadores/estudiosos pelos gêneros textuais não é nada recente, mas ultimamente tem tomado grandes proporções.

No entanto, é preciso considerar que desde tempos longínquos esse objeto já despertava desejo em filósofos como Aristóteles (1966), com a *Poética*, quando

classificava os gêneros literários em *tragédia*, *comédia* e *epopéia* e os gêneros da retórica em *judiciário*, *deliberativo* e *epidítico*, e Platão (2000), com *A República*, em seu diálogo com Adimanto, quando buscava fazer uma sistematização dos gêneros já estudados pelo autor de *A Poética*. É relevante ressaltar que os filósofos citados não usavam o termo gêneros textuais, mas gêneros literários ou gêneros da retórica e que, por sinal, foram esses os gêneros até pouco tempo utilizados e estudados nas escolas e para diferentes concursos.

Nos estudos hodiernos sobre o tema em questão, o autor russo Mikhail Bakhtin (2000[1992]) surge com a proposta de que os gêneros do discurso são textos produzidos nas diversas esferas da sociedade. Para esse autor, os gêneros são constituídos de três elementos básicos: *estilo*, *estrutura composicional* e *conteúdo temático*. Esse autor afirma ainda que os gêneros do discurso podem ser considerados como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. Isso significa dizer que os gêneros do discurso podem sofrer variações em quaisquer dos seus três elementos constituintes. Assim, uma carta pode ter um estilo informal (aquela que escrevo para um amigo mais íntimo) ou um estilo mais formal (aquela dirigida ao diretor da escola) e ainda assim será considerada uma carta, enquanto gênero.

Os estudos desenvolvidos por Marcuschi (2008) apresentam a distinção entre *tipos textuais* e *gêneros textuais*. Esse autor, sobre os tipos textuais, afirma:

Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. (2007, p.22)

Em relação aos gêneros textuais o autor afirma que:

Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema*, *sermão*,

carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. (2008, p. 155)

Ainda para esse autor, no interior de diversos gêneros textuais estão presentes diferentes tipos ou sequências textuais, daí poder-se afirmar a heterogeneidade dos gêneros. Ou seja, em um gênero, como o romance, por exemplo, é possível que existam tipos ou sequências narrativas, descritivas, argumentativas e até mesmo a presença de um outro gênero como, por exemplo, uma carta ou um poema. Mas, vale ressaltar que esses tipos, ou mesmo os gêneros primários (*carta, bilhete, poema* etc), conforme Bakhtin (2000)³⁵, estão diretamente relacionados com os gêneros secundários, a exemplo do *romance*.

Outro aspecto relevante sobre os gêneros textuais é que, dependendo do seu propósito comunicativo, conteúdo temático e estilo, podem apresentar subgêneros. Podemos pensar, por exemplo, no gênero epistolar carta que pode desencadear na carta pessoal, na carta de pedido de emprego, na carta ao leitor, carta do leitor, carta de intenção, carta de recomendação, entre outras, e todas elas com seu propósito comunicativo específico visando a uma determinada situação.

Partindo da definição de gêneros discursivos proposta por Bakhtin e da de gêneros textuais proposta por Marcuschi (2008), consideraremos o texto de opinião um gênero textual/discursivo, até mesmo porque assim o foi considerado no PSS. Para tanto, foi urgente observar a proposta de Swales (*apud* Andrade, 2000, p. 1118), ao especificar as condições necessárias para considerar um texto como um gênero:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha enfocado estreitamente em

³⁵ Bakhtin (2000, p. 28) classifica os gêneros em primários (simples) e secundários (complexos). Aos primeiros estariam relacionados “a carta, o bilhete, o poema” etc; aos segundos, “o romance, o teatro, o discurso científico” etc.

determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo temático e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, porém normalmente precisam de validação adicional.

A partir da definição apresentada por Swales, o texto de opinião nos parece atender a todos os três elementos apresentados por esse autor, constituindo, dessa forma, um gênero textual. Vejamos as condições possíveis para essa nossa posição, uma vez que o texto de opinião apresenta:

Propósito comunicativo: o locutor do texto de opinião terá seu(s) objetivo(s), o de “convencer alguém” a aceitar seu ponto de vista em relação a uma dada questão, em determinado contexto;

Razão subjacente: as escolhas, em relação ao conteúdo e estilo, tendo em mente os interlocutores os quais o produtor deseja atingir;

Padrões semelhantes: ainda que os textos de opinião possuam uma estrutura característica do gênero, podem variar em relação ao conteúdo temático (o texto pode abordar desde a questão do *funk* carioca à transposição das águas do Rio São Francisco); à estrutura (o texto pode ter apenas a metade de uma página, como duas ou mais páginas); ao estilo (formal ou informal) e ao público-alvo (desde o colega de sala ao Ministro da Saúde). Esse caráter variacionista é o que os torna semelhantes. Mas, podemos ir um pouco mais além e afirmar que, apesar do caráter variacionista, os gêneros textuais tornam-se semelhantes em razão da sua função social (qual seja convencer a respeito de um ponto de vista em consideração de um assunto relevante, como no caso do texto de opinião), de seu estilo e estrutura composicional (qual seja a apresentação de um ponto de vista a partir de determinados argumentos, em linguagem formal).

Com base nessas considerações, podemos dizer que o texto de opinião é o lugar onde o locutor apresenta sua opinião sobre um determinado fato/assunto, tendo como objetivo convencer seu interlocutor a aceitar/assumir o mesmo ponto de vista defendido por ele, o locutor.

Quando da elaboração de um texto de opinião, é necessário que o seu locutor adote uma posição (contra ou a favor) sobre um fato, e que através de argumentos teça essa posição. Para a confecção do texto de opinião, o indivíduo pode lançar mão, por exemplo, de estruturas como “Eu acho que...”, “Na minha opinião...”, “No meu ponto de vista...”, “Para mim...” etc., na construção daquilo que será enunciado.

Dutra (2010) apresenta que algumas expressões, como: *em primeiro lugar, em segundo lugar, finalmente, por um lado, por outro lado* etc., servem para articular o texto como um todo (grupo de períodos, parágrafos e partes maiores do texto). Enquanto alguns operadores, como *assim, desse modo, então* etc., estão reservados para a conclusão do texto de opinião.

Além de garantir a coesão do texto, com o uso desses operadores, o locutor pode garantir o sucesso na aceitação do seu ponto de vista ou de seus argumentos em relação ao que ele propõe ao seu interlocutor.

3.3 O *mas* na produção textual: uma análise semântico-discursiva

Recapitulando, conforme descrito por Vogt e Ducrot (1980), o operador *mas* com função de *masPA*, ocorre em enunciados com a função argumentativa ao introduzir uma proposição *q* que orientará o interlocutor a elaborar uma conclusão não-r diferente daquela produzida apenas com base na proposição *p*.

Este item, a análise, está sistematizado da seguinte maneira: em um primeiro momento serão apresentados, analisados e discutidos algumas ocorrências do operador *masPA* e em seguida o *masSN*.

3.3.1 Operador *masPA*

Em nosso *corpus* foram identificadas 129 ocorrências do operador *mas* com a função argumentativa, ou seja, *masPA*. Trouxemos para esta análise algumas dessas ocorrências, até 10 recortes, com o intuito de evitar repetições. Informamos que os recortes/textos trazidos para a análise foram mantidos como nos originais, *ipsis litteris*, ou seja, nenhuma informação ou palavra escrita foi alterada.

a) Ocorrências de *mas*PA em que L rechaça parcialmente E2

No decorrer das nossas análises, verificamos 87 ocorrências do operador *mas*PA em que o locutor L rechaça parcialmente o enunciador E2. Apresentaremos aqui dez dessas ocorrências, a seguir.

Texto 04:

A adoção só resolveria o problema do menor abandonado no Brasil se todos eles estivessem fora das ruas em locais próprios para isso e se as famílias de todo o país se interessassem pela adoção, **mas** o que ocorre é que nem todos os menores estão em creches e hoje a parcela de famílias que estão dispostas a adotar ainda é muito pequena o que torna a adoção um meio pouco viável para resolver esse problema. (TT)³⁶

O locutor do texto 04 apresenta, a princípio, a adoção como uma ação possível para a resolução do problema apresentado pela grande quantidade de meninos que vivem nas ruas do país. Possivelmente ao usar o *se* o produtor já induza o interlocutor a pensar que a adoção não resolverá a questão, ao apresentar como argumento o fato de nem todos os menores estarem em abrigos.

Ainda assim, é possível que o interlocutor produza a conclusão de que, com base nesse primeiro enunciado, a adoção atenda aos menores abandonados, visto que nem todos estão em abrigos. Ao introduzir o operador *mas* e apresentar os argumentos de que nem todos os menores não estão em lugares apropriados para uma possível adoção e de que o número de famílias dispostas a adotar ainda é inferior ao número necessário para acabar com a quantidade de crianças abandonadas, o locutor leva o interlocutor a concluir que a adoção não atende totalmente aos problemas dos menores abandonados. Ou seja, o locutor não rechaça totalmente a primeira conclusão, mas parcialmente.

Representado através da polifonia dos enunciadores, temos:

E1: (...) se todos eles estivessem fora das ruas em locais próprios para isso e se as famílias de todo o país se interessassem pela adoção

E2: a adoção atende aos menores abandonados.

³⁶ Os textos identificados com (TT) são textos considerados copiados na íntegra. Os textos com marcas (TP) são aqueles copiados parcialmente.

E3: **Mas** o que o corre é que nem todos os menores estão em creches e hoje a parcela de famílias que estão dispostas a adotar ainda é muito pequena

E4: a adoção não atende totalmente aos menores abandonados.

O locutor L responsável pelo enunciado identifica-se com E1 e com E4, aprova o ponto de vista de E3 e rechaça parcialmente o ponto de vista de E2.

Texto 05:

[...] Se considerarmos que os pais adotivos sejam capazes de dar aquilo que a constituição rege, será ótimo, **mas** o problema é que nem todas as pessoas sejam comovidas, já que o custo de vida de uma criança é altíssimo. (TP)

O locutor do texto 05 apresenta o argumento que, se levarmos em consideração que os pais candidatos no processo de adoção sejam responsáveis, será ótimo. A partir dessa consideração, pode-se concluir que a adoção é uma ação que resolve o problema dos menores abandonados. Mas o locutor apresenta outro argumento, o de que nem todas as pessoas se comovem com os meninos abandonados e partem, então, para uma adoção, pois o custo de vida é muito alto. Ou seja, há outros motivos que são responsáveis pela não-adoção de crianças. Mas é importante observar que o fato de “nem todas” as pessoas se comoverem, implica pensar que algumas pessoas se comovem e adotam. Logo, esse ato não resolve a questão do menor abandonado, mas constitui uma ajuda a esse problema.

Analisando polifonicamente, teremos:

E1: Se consideramos que os pais adotivos sejam capazes de dar aquilo que a constituição rege, será ótimo.

E2: A adoção soluciona o problema do menor abandonado.

E3: **Mas** o problema é que nem todas as pessoas sejam comovidas, já que o custo de vida de uma criança é altíssimo.

E4: A adoção não soluciona totalmente o problema do menor abandonado (pois nem todas as pessoas adotam)

O locutor do enunciado aprova o ponto de vista de E3, rechaça parcialmente E2 e identifica-se com E1 e E4.

Texto 06:

A constituição assegura diversos direitos à criança e ao adolescentes, **mas** na prática nem sempre isso ocorre.[...]
 É preciso haver um controle responsável na adoção, isso é indispensável, **mas** as leis precisam ser revistas, como poder permitir a adoção por casais homossexuais. (TP)

Na primeira ocorrência do texto 06, o locutor apresenta o argumento de que há uma constituição que rege nosso país e que garante direitos às crianças e aos adolescentes. Esse argumento leva o interlocutor a concluir que as crianças gozam de direitos assegurados. Utilizando o operador *mas* para iniciar a proposição *q*, ou seja, “mas na prática nem sempre isso ocorre”, o locutor orienta o seu interlocutor a produzir uma conclusão que seja oposta àquela elaborada anteriormente, com base apenas na primeira proposição *p*. Assim, o interlocutor deverá concluir que as crianças e adolescentes não têm seus direitos respeitados, logo, a lei não os menores. No entanto, devido à presença da expressão “nem sempre”, essa nova conclusão elaborada não será totalmente oposta àquela primeira, mas apenas parcialmente oposta.

A polifonia dos enunciadores está representada, aqui, da seguinte forma, na primeira ocorrência do *mas*:

E1: A constituição assegura diversos direitos à criança e ao adolescente.

E2: As crianças são protegidas pela lei.

E3: **Mas** na prática nem sempre isso ocorre.

E4: Não é sempre que as crianças não são protegidas pela lei. (algumas vezes são protegidas pela lei)

Observamos que o locutor L identifica-se com os pontos de vista E1 e E4, aprova E3 e rechaça parcialmente E2.

Na outra ocorrência do texto 06, o produtor do texto apresenta o argumento, e dá sua aprovação ao mesmo, de que é preciso que haja um controle no processo de adoção,

o que leva o interlocutor a concluir que os critérios atuais para a adoção são eficazes e suficientes. Ao utilizar a estrutura *mas* no início da segunda proposição “Mas as leis precisam ser revistas, como poder permitir a adoção por casais homossexuais”, o produtor textual permite ao seu interlocutor concluir que “os critérios atuais não são completamente eficazes e suficientes. Como é possível observar, as conclusões não são opostas.

Com relação a essa ocorrência do texto 06, temos o seguinte esquema polifônico, em relação aos enunciadores:

E1: É preciso haver um controle responsável na adoção, isso é indispensável.

E2: Os critérios atuais são eficazes e suficientes.

E3: **Mas** as leis precisam ser revistas, como poder permitir a adoção por casais homossexuais.

E4: Os critérios atuais não são totalmente eficazes e suficientes.

Nesse trecho, o locutor L identifica-se com E3 e E4, aprova E1 e rechaça parcialmente E2.

Texto 07:

A constituição do nosso país assegura às crianças e adolescentes um direito, **mas** na verdade muitas delas não usufruem até porque as condições em que vivem não as favorecem para que esses direitos sejam gozados. Em geral elas pertencem a uma classe menos favorecida.

Observando o texto 07, percebemos que a ocorrência do operador *mas* não opõe totalmente os dois argumentos. Nesse exemplo, o produtor do texto apresenta o argumento de que a constituição garante um direito às crianças e adolescentes, o que logo permite ao interlocutor concluir que as crianças gozam desse direito. Ao iniciar a segunda parte do enunciado, ou seja, a segunda proposição com o operador *mas*, “mas muitas delas não usufruem...” aquela primeira conclusão é descartada e uma outra deve ser elaborada, a de que algumas crianças têm seus direitos resguardados.

Polifonicamente, temos a seguinte estrutura:

E1: A constituição do nosso país assegura às crianças e adolescentes um direito.

E2: Todas as crianças têm seus direitos preservados.

E3: **Mas** na verdade muitas delas não usufruem até porque as condições que vivem não as favorecem para que esses direitos sejam gosados.

E4: Algumas crianças não têm seus direitos preservados.

O locutor L responsável pelo texto aprova E1, identifica-se com E3 e E4 e rechaça parcialmente E2.

Texto 08:

[...] ajuda, **mas** não resolve. (TP)

Em relação a essa ocorrência no texto 08, trata-se da explicitação de um argumento de que “a adoção ajuda”. Esse argumento leva alguém a concluir que ela é uma solução eficaz para os problemas vividos pelos menores abandonados. Logo em seguida, o locutor apresenta a segunda proposição “mas não resolve” o que leva a conclusão de que a adoção contribui para a solução do problema vivido pelo menor abandonado, embora não o resolva completamente.

Quanto à presença dos enunciadores, percebemos a seguinte estrutura polifônica:

E1: (a adoção) Ajuda

E2: A adoção contribui para a solução dos problemas vividos pelos menores abandonados.

E3: **Mas** não resolve

E4: A adoção não soluciona completamente os problemas vividos pelos menores abandonados.

O locutor responsável pelo texto aprova E1, identifica-se com E3 e E4 e rechaça parcialmente E2.

Texto 09:

O abandono pode estar dentro de casa, quantas crianças tem o convívio familiar **mas** não tem carinho, amor e respeito da família – isso também é abandono. (TP)

A ocorrência do operador *mas*, no texto 09, refere-se a um operador argumentativo, pois o produtor apresenta a proposição *p* (ter o convívio familiar) leva o ouvinte/interlocutor à conclusão-*r*, quer dizer, ter o convívio familiar subteme-se ter amor e carinho, ou seja, não ser abandonado. A expressão “ter convívio familiar” atualiza ponto de vista de que convívio familiar significa “família perfeita, completa, feliz”. Ao introduzir o operador *mas* na proposição “*mas* não tem carinho, amor e respeito da família – isso também é abandono”, o produtor, leva o seu interlocutor a concluir que viver em família não significa ter amor, carinho e respeito. Ou seja, o ambiente familiar nem sempre pode ser sinônimo de lugar no qual o menor terá preservados conceitos básicos de humanismo.

A presença dos enunciadores, nessa ocorrência, pode ser apresentada da seguinte forma:

E1: [...] Quantas crianças têm o convívio familiar

E2: Crianças que têm família, convívio familiar não são abandonadas.

E3: **Mas** não tem carinho, amor e respeito da família – isso também é abandono.

E4: Crianças que têm família, convívio familiar também podem ser abandonadas.

Mais uma vez o locutor aprova E3, identifica-se com E1 e E4 e rechaça parcialmente E2.

Texto 10:

A adoção de crianças é um ato muito nobre, **mas** ele sozinho não resolverá o problema do menor abandonado aqui no Brasil. (TP)

No tocante à análise do texto 10, há um argumento apresentado pelo locutor, o de que adotar é um ato nobre, argumento esse que leva o interlocutor à conclusão (de que a adoção contribui de forma significativa para a solução do problema do abandono de menores). Um outro argumento que é apresentado pelo locutor é o de que esse ato (o de adotar), sozinho, não funciona no Brasil e, portanto, a adoção não resolverá totalmente esse problema dos menores abandonados.

Entre esses dois argumentos há o operador *mas*, cuja função, nessa ocorrência, é quebrar a expectativa do interlocutor em relação ao que vinha sendo posto pela primeira proposição. Ou seja, a proposição introduzida por esse operador direciona o ouvinte/interlocutor a produzir, agora, outra conclusão (não-r), que nesse caso, não será contrária a que ele já havia concluído, com base apenas no primeiro argumento. Isso significa dizer que, ainda que seja nobre, o ato de adotar não é suficiente para erradicar de forma definitiva o grande número de meninos abandonados nas ruas do país.

A polifonia dos enunciados pode ser explicitada da seguinte maneira:

E1: A adoção de crianças é um ato muito nobre.

E2: A adoção solucionará o problema do menor abandonado.

E3: **Mas** ele sozinho não resolverá o problema do menor abandonado aqui no Brasil.

E4: A adoção não solucionará por completo o problema do menor abandonado.

Nesse exemplo, o locutor L também aprova E3, identifica-se com E1 e E4 e rechaça parcialmente E2.

Texto 12:

A adoção é uma forma de fornecer um lar, amor, uma famílias a uma simples criança abandonada, **mas** no Brasil, existe tantas crianças sem um teto que o número de adoções não chega nem próximo desse valor. (TP)

O argumento posto pelo locutor do texto 12 é de que a adoção é um ato que propiciará à criança abandonada uma chance de viver em um lugar digno. Conseqüentemente o interlocutor concluirá que a adoção é um ponto positivo para resolver o caso dos menores abandonados.

Ao apresentar o outro argumento de que o número de crianças abandonadas é bem maior do que o número de adoções ocorridas, o interlocutor é levado a concluir que a adoção não é capaz de resolver esse caso, uma vez que são números bem díspares, quando relacionadas à quantidade de crianças à espera de uma adoção com quantidade de adoções efetivadas. Todavia, o fato de haver mais crianças abandonadas do que o

número de adoções não significa dizer que a adoção não contribua para a resolução dessa questão.

Assim, podemos apresentar a seguinte estrutura para a presença da polifonia de enunciadores no enunciado do texto 12:

E1: A adoção é uma forma de fornecer um lar, amor, uma família a uma simples criança abandonada.

E2: A adoção resolve a questão dos menores abandonados.

E3: **Mas** no Brasil, existe tantas crianças sem um teto que o número de adoções não chega nem próximo desse valor.

E4: A adoção não resolve completamente a questão dos menores abandonados.

Aqui, no exemplo do texto 12, o locutor aprova E3, identifica-se com E1 e E4 e rechaça parcialmente E2.

Texto 13:

Muitas vezes a adoção resolve os problemas de crianças e adolescentes abandonadas pelos seus pais, pois muitos tem a sorte de serem adotados por pessoas de bom nível social, onde passarão a viver de forma digna de respeito e acima de tudo irão receber amor, carinho e compreensão. **Mas** há também adoções que não são dignas, que acabam levando essas crianças e adolescentes a viverem uma vida de exploração e tristeza. (TP)

Na ocorrência do texto 13, o locutor do texto lança mão do argumento de que a adoção resolve quando o casal que adota possui um considerável nível social, entendendo sociais, aqui, como condições financeiras e psicológicas. Nesse caso, a conclusão é de que esse ato proporcionará uma vida melhor aos adotados. Ou seja, a adoção ajuda trará benefícios para uma criança abandonada.

Quando o locutor do texto apresenta a segunda proposição, com a introdução do operador *mas*, leva o interlocutor à conclusão de que a adoção não resolverá completamente a problemática vivida pelos menores abandonados, pois esse processo, muitas vezes, traz problemas de ordens física e psicológica aos menores adotados.

Por conseguinte, é possível a seguinte presença da polifonia de enunciadores:

E1: [...] muitos tem a sorte de serem adotados por pessoas de bom nível social [...]

E2: A adoção traz benefícios para uma criança abandonada.

E3: **Mas** há também adoções que não são dignas, que acabam levando essas crianças e adolescentes a viverem uma vida de exploração e tristeza.

E4: A adoção nem sempre traz benefícios aos menores abandonados e não resolve completamente esse problema.

Nesse recorte, percebemos que o locutor L tem o seguinte posicionamento em relação aos pontos de vista apresentados: L aprova E3, identifica-se com E1 e E4 e rechaça parcialmente E2.

b) Ocorrências de *mas*PA em que L rechaça completamente E2

Casos em que o locutor L rechaça totalmente o enunciador E2, verificamos 41 ocorrências. Apresentamos aqui cinco dessas ocorrências.

Texto 06:

[...] Há vários casais que querer adotar **mas** são impedidos pelas burocráticas leis, e assim crianças continuarão sem família e sem amor. (TP)

Na ocorrência do texto 06, o fato de haver muitos casais desejando/querendo adotar uma criança, leva o interlocutor a concluir que haverá muitas adoções, sendo possível propiciar a esses menores um lar, alimentação e, sobretudo, carinho e amor. Quando o operador *mas* é introduzido na segunda proposição, o enunciado vai orientar o interlocutor a elaborar uma conclusão que não será oposta àquela já elaborada, ou seja, a nova conclusão será a de que “haverá poucas adoções”, pois, devido à burocracia existente no meio jurídico, em relação à adoção de menores, conclui-se que muitas crianças continuarão esperando serem adotadas, ficando assim sem um lar, carinho, amor etc. A adoção, nesse caso, mostra-se como algo que não resolverá essa questão.

Analisando a ocorrência desse operador no texto 06, teremos a seguinte distribuição dos pontos de vista:

E1: Há vários casais que querer adotar.

E2: Haverá muitas adoções.

E3: **Mas** são impedidos pelas burocráticas leis.

E4: Haverá poucas adoções.

O locutor L, aqui, aprova E3, identifica-se com os pontos de vista E1 e E4 e rechaça E2.

Texto 07:

[...] na verdade muitas delas não usufruem até porque as condições em que vivem não as favorecem para que esses direitos sejam gosados. Em geral elas pertencem a uma classe menos favorecida.

Mas tudo isso pode ser mudado, quando houver mais impenho por parte da sociedade como um todo, buscando uma igualdade visando melhor distribuição de renda que pode transformar tudo isso para melhor. (TT)

Quanto à ocorrência do operador *mas*, no texto 07, esse contrasta duas porções textuais, levando a conclusões opostas. O primeiro parágrafo ao expor o problema do desrespeito aos direitos da criança levaria o interlocutor à conclusão de que não há solução para o abandono de menores no Brasil. No entanto, com os argumentos expostos no segundo parágrafo, apresenta-se uma conclusão segundo a qual é possível uma solução para o problema do menor abandonado no Brasil.

Polifonicamente, temos:

E1: As condições em que vivem não as favorecem para que esses direitos sejam gosados.

E2: As crianças não terão futuro melhor. (conclusão r).

E3: **Mas** tudo isso pode ser mudado quando houver mais impenho por parte da sociedade [...]

E4: As crianças terão um futuro melhor.

No texto 07, o locutor se posiciona da seguinte forma: aprova E1, identifica-se com E3 e E4 e recusa totalmente E2.

Texto 08:

A adoção é um gesto lindo de fraternidade e solidariedade com o próximo **mas**, infelizmente, não resolve os problemas dos menores abandonados, [...] (TP)

Aqui, no texto 08, locutor lança mão do argumento de que a adoção revela amor e solidariedade ao próximo. Essa proposição leva o interlocutor à seguinte conclusão: A adoção solucionará o abandono de crianças. Ao se utilizar do operador *mas* para iniciar a segunda proposição “mas, infelizmente, não resolve os problemas dos menores abandonados”, leva o interlocutor a elaborar uma outra conclusão, a de que a adoção não solucionará o abandono de crianças. Vejamos que as conclusões elaboradas pelo interlocutor são completamente opostas.

No tocante a essa ocorrência do operador *mas*, em relação à polifonia dos enunciadores, temos:

E1: A adoção é um gesto lindo de fraternidade e solidariedade com o próximo.

E2: A adoção solucionará a questão do abandono de crianças. (conclusão r)

E3: **Mas**, infelizmente, não resolve os problemas dos menores abandonados.

E4: A adoção não solucionará a questão do abandono de crianças.. (conclusão não-r).

A posição do locutor frente aos enunciadores é: aprova E1, identifica-se com E3 e E4, e rechaça totalmente E2.

Texto 11:

Na questão do menor abandonado, o Brasil tem uma legislação para tratar dos seus direitos, **mas** na prática o Estado é omissivo. (TP)

No recorte do texto 11 o produtor do texto utilizou-se do argumento de que o Brasil possui uma legislação que rege/cuida dos direitos reservados aos menores e adolescentes. Esse argumento leva o ouvinte à seguinte conclusão: O Estado (aqui entendido como algo maior) cuida dos seus menores. Ao introduzir o operador *mas* na proposição seguinte “*mas* na prática o Estado é omissivo”, o interlocutor deve perceber que há uma divergência entre o que já foi concluído e o que deverá sê-lo. Assim, a segunda conclusão (não-r) com base na última proposição será a de que o Estado não zela pelos seus menores.

Dessa forma, temos a presença de conclusões diferentes orientadas pela função do *masPA*.

Polifonicamente, os enunciadores se apresentam conforme a seguinte distribuição:

E1: Na questão do menor abandonado, o Brasil tem uma legislação para tratar dos seus direitos.

E2: O Estado cuida dos seus menores. (conclusão r)

E3: **Mas** na prática o Estado é omissivo.

E4: O Estado não cuida dos seus menores. (conclusão não-r)

Mais uma vez, identificamos que o locutor L do texto aprova E1, identifica-se com E3 e E4 e rechaça completamente E2.

c) Ocorrências de *masPA* em que L aprova E2

No decorrer do processo de análises do nosso *corpus* identificamos apenas uma ocorrência do operador *masPA*, cuja utilização demonstra que o locutor não rechaça parcialmente ou completamente o enunciador E2, pelo contrário, o locutor o aprova.

Texto 08:

É indispensável do governo uma reforma na base dessas crianças, investir seriamente em projetos de ação social e mobilizar a população para ajudar. **Mas**, ao invés disso, o governo está investindo milhões e milhões na reforma e construções de estádios de futebol para podermos realizar a copa do mundo de futebol de 2014 em nosso país. (TP)

De forma crítica, nessa ocorrência do texto 08, o locutor apresenta o argumento de que é necessário, por parte do governo, um investimento sério no que se refere à educação, saúde e ação social. A conclusão que o interlocutor pode elaborar a partir dessa posição do locutor é de o governo pode ajudar a resolver esse problema dos menores abandonados. Ao introduzir o operador *mas*, o locutor do texto lança mão de outros argumentos como por exemplo o fato de o governo está investindo milhões de reais na construção de estádios de futebol, visando à copa do mundo de 2014, que orientarão o seu interlocutor à elaboração de uma outra conclusão. Uma vez que o governo investe em construções grandiosas, deixando de ajudar a solucionar a problemática dos menores abandonados, esse problema tende a crescer. Ou seja, o governo não ajuda a resolver o problema dos menores abandonados porque está investindo em outras coisas.

Em relação a essa ocorrência, identificamos a seguinte representação na polifonia dos enunciadores:

E1: É indispensável do governo uma reforma na base dessas crianças, investir seriamente em projetos de ação social e mobilizar a população para ajudar.

E2: O governo pode ajudar a resolver o problema dos menores abandonados.

E3: **Mas**, ao invés disso, o governo está investindo milhões e milhões na reforma e construções de estádios de futebol para podermos realizar a copa do mundo de futebol de 2014 em nosso país.

E4: O governo não ajuda a resolver o problema do menor abandonado (porque ele está investindo em outras coisas)

Especificamente nesse caso, o locutor apresenta um posicionamento diferente daqueles elencados e previstos por Ducrot (1988). Aqui, como é possível perceber, L se identifica com E1 e E4, e aprova tanto o ponto de vista de E3 quanto o de E2.

Ressaltamos, entretanto, que um único caso encontrado no nosso *corpus* é ainda insuficiente para estabelecermos quaisquer conclusões definitivas. Esse caso merece, assim, maior aprofundamento e investigação, sobretudo, em outros gêneros textuais.

d) O *mas*SN

Conforme visto em Ducrot e Vogt (1980), o *mas* pode ter a função de retificar algo dito anteriormente no enunciado, nesse caso, estaremos nos referindo ao *mas*SN.

No decorrer da nossa análise, identificamos apenas 18 ocorrências dessa estrutura com esse funcionamento. Trouxemos para nossas análises um total de dez ocorrências.

Cabe aqui ressaltar que, conforme fora dito na seção anterior, a polifonia presente no enunciado com *mas*SN não é ativada por esse elemento, mas pela partícula negativa *não*, presente no primeiro segmento do enunciado.

Texto 14:

O problema do menor abandonado **não** se restringe à ausência de fraternidade, de um lar, **mas** de educação e disciplina
 [...] É necessário que as leis sejam cumpridas e que os órgãos competentes dêem aos menores **não** somente um lar, **mas** lhes assegurem também a educação, respeito e dignidade. (TP)

O uso do *mas* com função de retificador é o que ocorre no exemplo do texto 14. Analisando esse exemplo, nos reportamos à questão da negação polêmica. Nesse caso, o trata-se de um *mas*SN que refuta ou retifica algo dito antes. Conforme afirmaram esses autores, o *mas*SN ocorre com a presença de uma partícula negativa na primeira proposição, como em “[...] não se restringe [...]” e é introduzido na segunda proposição com o objetivo de retificar aquilo que fora dito anteriormente, ou seja, na primeira

proposição, nesse caso, o que é retificado é a ideia do problema do menor abandonado estar restrita “à ausência de fraternidade, de um lar”

É interessante observar que, ainda que o *mas*SN esteja desempenhando uma função de retificar ou refutar algo, é possível identificar vários pontos de vista.

Vejam a distribuição do enunciado do texto 14, em relação aos enunciadores.

E1: O problema do menor abandonado se restringe à ausência de fraternidade, de um lar.

E2: O problema do menor abandonado **não** se restringe à ausência de fraternidade, de um lar.

E3: **Mas** de educação e disciplina.

O locutor L assume a seguinte posição: rechaça E1, aprova E2 e se identifica com E3.

Em relação à segunda ocorrência, por tratar-se de uma estrutura *não somente ... mas também* (que não faz parte do nosso objeto de análise), não faremos a distribuição polifônica, ainda que seja possível, conforme vimos em Martorelli (2005).

Texto 15:

No Brasil é comum darmos aos problemas o tratamento mais superficial, e geralmente não como uma forma de prevenção, mas sim como solução trivial.
A adoção, na maioria dos casos, **não** resolve o problema da criança, **mas** sim do casal. (TP)

No texto do exemplo 15, o *mas* introduzido na segunda proposição, serve para retificar a ideia ou o fato de que a adoção é uma medida que resolve os problemas das crianças que vivem na rua. No ponto de vista do locutor, a adoção resolve o problema do casal. Como já foi destacado anteriormente, a proposição anterior vem sempre com uma partícula negativa.

Polifonicamente, teremos a seguinte estrutura para os enunciadores:

E1: A adoção resolve o problema da criança.

E2: A adoção, na maioria dos casos, **não** resolve o problema da criança.

E3: **Mas** sim do casal.

O locutor rechaça parcialmente E1, aprova E2 e se identifica com E3. Nesse caso específico, observamos que o rechaço ao E1 não é total, visto que o locutor utilizou a expressão “na maioria dos casos”, ou seja, em alguns poucos casos a adoção resolve o problema das crianças.

Texto 16:

[...], deve-se ter o cuidado de não deixar a grandiosidade deste ato ser ofuscada por interesses pessoais em busca de “estereótipos padrões”, pois, **não** estamos lidando com produtos, **mas** com vidas. (TP)

No exemplo do texto 16, o locutor retifica a forma como as crianças devem ser tratadas. Não como meros produtos que podem ser escolhidos por “padrões”, mas como crianças que necessitam de cuidados.

Analisando a polifonia é possível identificar os seguintes enunciadores:

E1: Estamos lidando com produtos.

E2: **Não** estamos lidando com produtos.

E3: **Mas** com vidas.

A posição do locutor é a seguinte: rechaça totalmente E1, identifica-se com E3 e aprova E2.

Texto 17:

Acredito que a adoção **não** eliminaria, **mas** ajudaria a situação de meninos que não sabem que têm direitos. (TP)

O exemplo do texto 17, a estrutura *mas* introduzida na segunda proposição tem a função de refutar a ideia de que a adoção elimina os problemas vividos pelos menores abandonados, quando, segundo o locutor a adoção teria como função ajudar a situação desses menores.

Através da polifonia dos enunciadores, podemos identificar os seguintes pontos de vista:

E1: A adoção eliminaria a situação de meninos que não sabem que têm direitos.

E2: Acredito que a adoção **não** eliminaria (a situação de meninos que não sabem que têm direitos).

E3: **Mas** ajudaria a situação de meninos que não sabem que têm direitos.

Mais uma vez, como vem sendo percebido na posição do locutor L em relação aos enunciados, no exemplo do texto 17, o locutor rechaça E1, aprova E2 e se identifica com E3.

Texto 18:

[...] **não** são todas as famílias adotando por uma questão de amor, **mas** sim por um questão de dinheiro, afim de lucrar com a exploração infantil. (TP)

Em relação ao texto 18, o locutor do texto utilizou o *mas*SN com a função de retificar o fato de um outro enunciador ter dito que “todas as famílias (estão) adotando por uma questão de amor”. Conforme o locutor, as famílias estão adotando “por uma questão de dinheiro, a fim de lucrar com a exploração infantil”

É possível identificar os seguintes enunciadores:

E1: Todas as famílias estão adotando por uma questão de amor.

E2: [...] **não** são todas as famílias adotando por uma questão de amor.

E3: **Mas** sim por uma questão de dinheiro, a fim de lucrar com a exploração infantil.

O locutor rechaça parcialmente E1, aprova E2 e se identifica com E3.

Texto 19:

A adoção do menor abandonado no Brasil, **não** resolve o problema, **mas** ajuda a diminuir-lo, pois essas crianças estão abandonadas de carinho, de atenção, de itens necessários para seu melhor conforto e até para sua sobrevivência. (TP)

No tocante ao texto 19, o locutor buscou retificar, com o uso do *masSN*, a ideia de que “A adoção do menor abandonado no Brasil resolve o problema” dos meninos de rua. E afirma que a adoção apenas ajuda a diminuir o problema.

Como no texto anterior, é possível identificar, também aqui, três enunciadores:

E1: A adoção do menor abandonado, no Brasil, resolve o problema.

E2: A adoção do menor abandonado no Brasil, **não** resolve o problema

E3: **Mas** ajuda a diminuir-lo [...].

O locutor rechaça E1, aprova E2 e se identifica com E3.

Texto 20:

Considerando o fato que a adoção de crianças é um método de diminuir, o menor abandonado no Brasil, isso pode resolver em parte essa questão. Pois apesar de tudo isto **não** é uma solução, **mas** sim um bom meio de diminuir o índice de abandono. (TP)

No texto 20, o locutor utilizou-se da estrutura *masSN* para refutar a ideia apresentada por E1, de que “A adoção é a solução para o número de menores abandonados no Brasil”. A opinião do locutor é que a adoção é “um bom meio para diminuir o índice de abandono”.

Dessa forma, utilizando da descrição polifônica dos enunciadores usada por Ducrot para a análise dos enunciados com o operador *masPA*, temos os seguintes enunciadores nos enunciados com *masSN*:

E1: A adoção é a solução para o problema dos menores abandonados.

E2: Pois apesar de tudo isto (a adoção) **não** é a solução (para o problema dos menores abandonados).

E3: **Mas** sim um bom meio para diminuir o índice de abandono.

O locutor recusa E1, aprova E2 e se identifica com E3.

Texto 21:

Por isso, a solução para esse problema **não** está no “tratamento”, **mas** sim na “prevenção”, ou seja, deve haver um cuidado maior por parte dos genitores para impedir a união dos gametas, utilizando métodos anti-concepcionais. (TP)

No exemplo do texto 21, o *mas*SN introduzido na segunda proposição foi usado para retificar o enunciado dito anteriormente a esta, ou seja, que “que a solução para esse problema não está no “tratamento”. Lembramos que essa negação já se trata da negação de algo dito antes, por um outro enunciador, é a negação à ideia de que “A solução para esse problema está no “tratamento””.

Polifonicamente, termos os seguintes enunciadores:

E1: A solução para esse problema está no tratamento.

E2: Por isso, a solução para esse problema **não** está no tratamento.

E3: **Mas** sim na “prevenção”, ou seja, deve haver [...].

O locutor recusa E1, identifica-se com E3 e aprova E2.

Texto 22:

A solução para o menor abandonado no Brasil **não** está especificamente ligada a adoção, **mas** sim a conscientização dos governantes que deveriam se preocupar com o futuro dessas crianças [...]. (TP)

O fato negado na primeira proposição é a questão de que a solução para o problema do número de menores abandonados estaria ligada à adoção. Esse fato é

negado pelo enunciador E2 e retificado pelo enunciador E3, que afirma que a solução está ligada com “a conscientização dos governantes que deveriam se preocupar com o futuro dessas crianças”.

É possível identificar os enunciadores seguintes:

E1: A solução para o menor abandonado no Brasil está ligada à adoção.

E2: A solução para o menor abandonado no Brasil **não** está especificamente ligada à adoção.

E3: **Mas** sim a conscientização dos governantes que deveriam se preocupar com o futuro dessas crianças.

As posições do locutor responsável pelo texto, frente aos enunciadores, são: rechaçar parcialmente E1, identificar-se com E3 e aprovar E2.

Texto 23:

A adoção **não** resolve o problema dos menores abandonados, **mas**, já seria um bom começo, e junto à outras medidas, tornaria as coisas bem mais fáceis. (TP)

O *mas*SN na segunda proposição aparece com a função de retificar algo enunciado na proposição anterior, que, por sua vez, já se trata de uma negação a algo dito por um outro enunciador. A ideia negada é a de que a adoção resolve o problema do menor abandonado, quando, segundo o locutor, a adoção “seria um bom começo”. O locutor apresenta um rechaço parcial, ou seja, que o a adoção não soluciona completamente a questão dos menores abandonados, mas que tornaria as coisas bem mais fáceis.

A distribuição polifônica dos enunciadores do texto 23 pode ser representada da seguinte maneira:

E1: A adoção resolve o problema dos menores abandonados.

E2: A adoção **não** resolve o problema dos menores abandonados.

E3: **Mas** já seria um bom começo, e junto a outras medidas, tornaria as coisas bem mais fáceis.

O locutor rechaça parcialmente E1, aprova E2 e se identifica com E3.

3.4 Discutindo as análises

Com base nessas análises e na quantidade de ocorrências, é pertinente afirmar que os alunos utilizaram de forma eficiente, na maioria dos casos, o operador *mas* com função argumentativa. Os números ainda demonstram a grande familiaridade com a qual os alunos empregaram esse operador em suas produções textuais.

É oportuno afirmar ainda que, na grande maioria das ocorrências analisadas, o *masPA* foi introduzido para desenvolver uma argumentação não totalmente contrária à adoção quando vista como o único meio para resolver os problemas relacionados aos menores abandonados.

Merecem destaques aqui algumas reflexões sobre as utilizações do operador *mas* identificadas e analisadas nesta pesquisa. O primeiro ponto a ser destacado é a presença marcante e significativa do operador *masPA*, em que ocorre um rechaço parcial do locutor em relação ao enunciador E2. Esse fato revela que o locutor do texto, ao se posicionar em relação ao argumento apresentado, percebe que a conclusão, ou seja, o ponto de vista E2 não é tido como aceito para resolver determinado problema, mas que pode contribuir de alguma forma, ou seja, que pode ajudar. Dessa forma, o locutor entende que E2 não deve ser recusado integralmente. Em relação a essa “recusa parcial”, acreditamos tratar de duas possibilidades que merecem ser ainda investigadas com maior profundidade: essa forma de rechaço parcial é registro de um novo uso para o *mas* ou indica um problema com o uso dessa estrutura.

É importante ressaltar que essa posição do locutor de rechaçar parcialmente E2 não havia sido prevista por Ducrot (1988) nas suas análises, nem quando da definição das posições do locutor frente aos enunciadores.

Um segundo ponto que merece destaque e atenção é a ocorrência, embora em apenas um texto, do operador *masPA*, com função argumentativa, em que o locutor aprova E2. Como visto anteriormente nesta pesquisa, conforme Ducrot (1988), a posição do locutor frente a E2 será sempre de rechaço. Ora, o que vimos é que nem sempre isso acontecerá. A análise do texto 08, na categoria (c), mostra-se extremamente relevante para a possibilidade de um novo olhar para o posicionamento do locutor.

Nesse texto o locutor aprova o que é apresentado como conclusão, ou seja, E2. Aprovar E2 significa concordar/estar de acordo com o ponto de vista apresentado. Como já dissemos, esse tipo de posicionamento também não havia sido apresentado nem identificado por Ducrot.

No entanto, percebemos o quão é complexo afirmar que o fato do locutor aprovar E2 pode ser percebido como um novo uso ou mesmo um novo funcionamento do *masPA*. Logo, devido à limitação quando do número de ocorrência desse comportamento do locutor frente ao enunciador E3, entendemos que esse caso, bem como o rechaço parcial de L em relação a E2, merecem ser investigados mais exaustivamente, inclusive, em outros *corpora*.

Em relação à utilização do *masSN*, identificamos apenas dezoito ocorrências do operador *mas* com essa função retificadora em todo nosso *corpus*. Esse dado demonstra que os alunos não mostram tanta familiaridade com essa estrutura em comparação com o operador *masPA*, com função argumentativa, verificada em 129 ocorrências. Talvez isso possa ser explicado pelas próprias características do texto de opinião, o qual pede/exige que os locutores argumentem em relação a um certo ponto de vista apresentado.

Mas, ainda que tenha sido utilizado em um número bem inferior ao *masPA*, o *masSN* apresentou algumas questões não identificadas ou descritas por Ducrot. O primeiro ponto relevante é a utilização da polifonia marcada pelo elemento negativo *não*, responsável por ativar índice de polifonia. Consequentemente, teremos a presença dos enunciadores ou pontos de vista. A análise dos enunciadores não foi realizada por esse autor, dessa forma, o mesmo não verificou as posições do locutor em relação aos possíveis enunciadores. Ao fazermos essas análises e aplicar a distribuição polifônica nos enunciados construídos com o operador *masSN*, verificamos que duas posições são possíveis, por parte do locutor, em relação ao E1: ora o locutor pode rechaçar totalmente esse enunciador, ora pode rechaçá-lo de forma parcial.

Além disso, com relação a E2 e E3, o que se pode afirmar é que ora ambos podem ser aprovados e com eles L se identificar, ora um deles pode ser aprovado e L se identificar com o outro.

A descrição polifônica do uso do *masPA* e dos enunciados em que aparece o *masSN* revelou que é possível identificar diferentes posicionamentos com relação aos enunciadores, nem sempre previstos na Teoria. Fez-nos perceber, ainda, que esses posicionamentos são constitutivos do sentido dos enunciados, uma vez que são

indispensáveis para verificar as conclusões pretendidas pelo locutor com as suas prováveis intenções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações trazidas para este espaço vêm, na verdade, para reforçar nossas reflexões e comprovar nossa hipótese, nossos objetivos e posicionamentos ao longo dessa investigação.

Com base nas análises é possível dizer que a predominância de ocorrências no gênero analisado, texto de opinião, deu-se em relação ao operador *masPA*, apontado por Ducrot, como o operador argumentativo por excelência. Nas nossas análises, ficaram comprovados os usos do operador *masPA* com função argumentativa, bem como do *mas* com função retificadora, conforme estudos empreendidos por Vogt e Ducrot (1980).

Ao final da análise do nosso *corpus*, podemos explicitar os seguintes funcionamentos para o *mas*:

- a- Operador *masPA*: com função argumentativa, ativador da polifonia de enunciadores.

A propósito de *a*, trata-se, na verdade, de uma confirmação dos estudos desenvolvidos por Ducrot.

- b- O *masSN*: exerce a função de retificador, e que, ainda que seja possível identificar enunciadores em enunciados com essa estrutura (análise essa não realizada por Ducrot), o efeito polifônico não é ativado pelo *mas*, mas pela partícula negativa *não* da primeira proposição, registro da negação polêmica.

Em relação ainda ao operador *masPA*, ficou constatado que esse operador, dependendo da intenção do locutor em expor seu ponto de vista, pode apresentar, em relação aos enunciadores, pelo menos dois posicionamentos diferentes: ora rechaça completamente E2, ora rechaça parcialmente esse enunciador. Até então, nossas análises não se distanciaram muito do que já vinha sendo proposto por Ducrot, pois entre rechaçar completamente e rechaçar parcialmente não há tanta disparidade. No entanto, um terceiro posicionamento apresentado no exemplo do texto 08, categoria de análise c, possibilitou-nos acrescentar outra posição de L em relação ao E2: a aprovação. Assim, parece-nos possível afirmar que, diferentemente do que Ducrot (1988) estabelece como sendo fixa a posição de L em sempre rechaçar E2, como foi percebido, nem sempre L rechaça E2. Em algumas situações L rechaça parcialmente, em outras totalmente e, em determinadas situações, o locutor pode até aprovar E2. Como já sublinhado anteriormente, uma única ocorrência é ainda muito pouco para determinar tais conclusões. Logo, entendemos que esse terceiro funcionamento carece de mais investigação.

Podemos considerar que nossas falas/textos estão marcadas(os) por estruturas linguísticas que, quando tratadas como termos insignificantes e destituídos de valores semânticos, simplesmente relacionais, com função de unir termos ou orações coordenadas/subordinadas, impedem, muitas vezes, que leitores e produtores de textos descubram e usem estratégias argumentativas em suas produções escritas ou orais.

Acreditamos, portanto, ser de extrema importância compreender a funcionalidade dessas estruturas linguísticas, uma vez que as mesmas permitem aos usuários utilizar a língua de forma eficiente, com base nos seus objetivos ou intenções, pois, como propõe Ducrot (1988), a língua é, por natureza, argumentativa.

Consideramos alcançados nossos objetivos, quando buscamos analisar o funcionamento semântico-discursivo do operador *mas*, nas produções textuais, mas ressaltamos que, dentro de um universo de aproximadamente 30 mil candidatos, nosso *corpus* reflete, apenas, menos de 2% do total de textos. Isso implica dizer que as considerações aqui colocadas não podem ser tomadas de forma hermeticamente fechadas, uma vez que há um campo vasto e imenso a ser investigado ainda, inclusive o fato de em 361 textos nenhum operador, desse aqui analisado, ter sido encontrado.

A hipótese de que os alunos utilizam operador *mas* de acordo com o que é proposto pela Teoria da Argumentação foi confirmada, mas as análises revelaram ainda mais, uma vez que comportamento como o rechaço parcial, não previsto pelos

estudiosos da Teoria, foi identificado. Cabe assinalar mais uma vez o caso da aprovação de E2 pelo locutor que pode ser tanto um novo uso, bem como um desvio do que fora previsto pela Teoria. Questões essas que precisam de um estudo mais profundo.

Assim, esta investigação é apenas um primeiro dos muitos passos que podem ser dados nos estudos sobre os operadores argumentativos em contextos de ensino/aprendizagem de língua escrita, que por sinal é um território muito vasto, para um estudo mais profícuo sobre essas estruturas linguísticas.

Diante dessas questões é completamente pertinente afirmar que os operadores argumentativos aqui analisados não podem ser considerados apenas como partículas que servem para ligar termos ou orações com mesmos valores sintáticos, como estabelecem as gramáticas tradicionais. Mas que eles vão mais além dessa simples função, funcionando como estratégias argumentativas, podendo retificar, refutar totalmente ou parcialmente, bem como aprovar diferentes pontos de vista e ainda orientar o movimento do texto ao leitor, ou mesmo orientar os enunciados para determinadas conclusões, pretendidas pelo locutor.

Logo, observando o contexto de ensino aprendizagem de Língua Portuguesa no qual centenas de professores estão inseridos, esta pesquisa tem sua relevância ao buscar proporcionar aos docentes envolvidos na formação de alunos críticos e pensantes, conforme propõem os PCNs (1998), uma reflexão sobre o ensino/aprendizagem de língua escrita, especificamente, em relação ao funcionamento das chamadas conjunções coordenativas adversativas, ou seja, possibilitar um outro olhar sobre os operadores argumentativos.

O desconhecimento ou a desconsideração, por parte dos docentes, com relação ao funcionamento dos operadores argumentativos, quando do processo do ensino de língua, bem como leitura, pode prejudicar tanto a produção quanto o entendimento de um texto.

Nosso estudo demonstrou que os alunos utilizam de forma adequada e, é preciso que se diga, com propriedade o operador *mas*, inclusive com funções e posicionamentos bem diferentes, não elencados por estudiosos da área. Dessa forma, compreendemos que os usos do *mas*, devem ser trabalhados na sala de aula, quando dos momentos de produções de textos orais ou escritos, sobretudo no momento de leitura, buscando possibilitar aos alunos uma melhor compreensão dessas estruturas, bem como os posicionamentos do locutor responsável pelo texto.

Assim, entendemos que não há sentido na afirmação de que os alunos não sabem argumentar, pois conforme comprovado aqui, pode ser até que haja problemas no que diz respeito à construção de argumentos de outra ordem, entretanto, em relação à utilização do operador analisado, percebemos que no uso efetivo dessas estruturas, os alunos as utilizaram, na maioria dos casos, com competência, conferindo-lhes, inclusive, comportamentos não apresentados pelos linguistas por nós estudados.

No entanto, é preciso investigar em outros contextos de produção com outros operadores como se dá o processo de argumentatividade na produção textual, como também se valer de investigações dessa natureza para repensar o processo de ensino/aprendizagem dessas estruturas, tanto nos processos de leitura e escrita, como no de análise linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção.** 9 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

ANDRADE, José Armando de. **Redação escolar: aspectos cognitivos de um gênero textual peculiar.** Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/60.pdf>. Acesso online em 10/02/10.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua.** Versión española de Julia Sevilha e Marta Tordesillas. Madrid: Editora Gredos, 1994.

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência.** 5 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Aula de português: encontro e interação.** 7 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedra no caminho.** 3 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ARISTÓTELES. **Poética.** Porto Alegre: Globo, 1966.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação.** Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 9 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. [1895-1975]. Problemas da Poética de Dostoiévsky. Tradução por Paulo Bezerra. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 2002a. Tradução de Problemi poétiki Dostoiévskovo. [2 edição:1997]

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed.rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOFF, Grazielle; SELLA, Aparecida Feola. Um olhar na função das conjunções, verdadeiros operadores argumentativos. **VIII Seminário Nacional de Literatura, História e Memória – II Simpósio de Pesquisas em Letras da UNIOESTE**. Disponível em: http://www.cac.php.unioeste.br/eventos/anais/simposio_aspectos_13pdf. Acesso online em: 15/06/09

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 26 ed. São Paulo: Nacional, 1985.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.

CUNHA, Celso; LINDLEY, Cintra. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, Ângela e outros (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão Técnica da Tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP, Pontes, 1987.

_____. **Analisis pragmatiques**. Communications 32. Paris: Editora du Seiul, pp. 11-60, 1980.

_____. **Provar e dizer: linguagem e lógica**. São Paulo: Global Editora, 1981.

_____. **Polifonia e argumentação: Conferencia del Seminario Teoria de la Argumentación y Analisis del Discurso**. Cali, Universidad del Valle, 1988

_____. **Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer**. São Paulo: Cultrix, 1972-7.

DUTRA, Vania L. R. **O texto de opinião no ensino fundamental**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/10/13.htm>. Acesso online em 10/02/10.

ESPÍNDOLA, Lucienne. **A entrevista: um olhar argumentativo**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

_____. Retórica e argumentação. In: SILVA, Joseli.M., (_____), (org). **Argumentação da língua: da pressuposição aos topoi**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005. Pp. 11-20.

_____. A polifonia na organização textual. In: **LETRA VIVA**, Universidade Federal da Paraíba. Vol. 1, nº 1. João Pessoa: Ed. Universitária, 1999.

FARACO & MOURA. **Língua e literatura**. São Paulo: Ática, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do Português. Campinas. São Paulo: Fontes, 1987.

_____. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3 ed. Campinas. São Paulo: Fontes, 2005.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2004.

KERBRAT-ORECHCHIONI. **Os atos de linguagem no discurso**. Niterói: EdUFF, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela e outros (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique: **Novas tendências em análise do discurso**. 2 ed. São Paulo: Editora Unicamp-Pontes, 1993.

MARTORELLI, A. B. Peres. Operadores Argumentativos em Língua Espanhola. In: SILVA, Joseli Maria da; ESPINDOLA, Lucienne (organizadores). **Argumentação na língua** – da pressuposição aos Topoi. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: a polifonia-recurso modalizador – na notícia jornalística. João Pessoa: UFPB, 2005 (Tese de Doutorado).

_____; ESPINDOLA, Lucienne. Os operadores argumentativos na Sala de Aula: uma análise do conectivo *mas* em gramáticas escolares. In: **Revista do GELNE**, volume 5. nº 1 e 2, p. João Pessoa: Idéia, 2003.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **O império retórico**: Retórica e Argumentação. 2 ed. Lisboa: Asa Editores, 1999.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**: história, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martins Claret, 2000.

RIBEIRO, Roziane Marinho. **A construção da argumentação oral no contexto de ensino**. São Paulo: Cortez, 2009.

SELLA, Aparecida Feola. **Relações textuais geradas pelo operador argumentativo mas em textos de teor opinativo**. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.ActsSciHumanSocSci/article/viewArticle/148>. Acesso online em 15/06/09.

SILVA, Joseli Maria da; ESPINDOLA, Lucienne (organizadoras). **Argumentação na Língua** – da pressuposição aos Topoi. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.

SILVA, Marluce Pereira da. Os conectores de contrajunção em artigos e crônicas jornalísticas: relações semântico-argumentativas. In: **Revista do GELNE**, vol.3. n° 1, p 1-3, 2001.

TERRA, Ernani. **Curso Prático de Gramática**. São Paulo: Scipione, 2002.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. In: VOGT, Carlos: **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**: contribuição para uma teoria semântica argumentativa. 2 ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial/Campina: Editora da Unicamp, 2009.

ANEXOS

PROVA DE REDAÇÃO PSS-2009-UFPB

UFPB/PRG/COPERVE

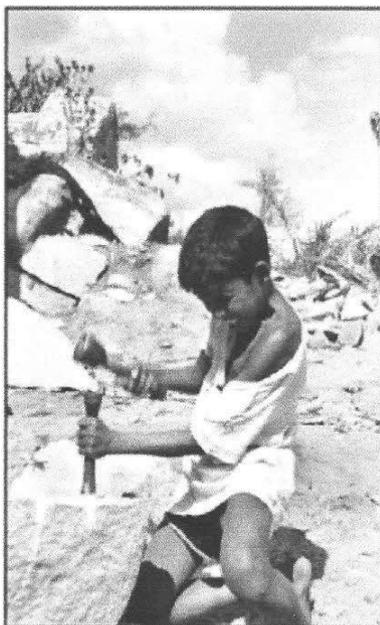
PSS-2009

III- REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Mantenha fidelidade ao **TEMA** e ao **GÊNERO** solicitados em cada questão.
- Utilize as informações fornecidas pelos textos apresentados para cada questão. Os textos **NÃO PODEM SER COPIADOS**. Caso seja necessário citar passagens desses textos, use aspas.
- Apresente letra legível, utilizando caneta esferográfica com tinta preta ou azul.
- Faça rascunho, se necessário, nas páginas indicadas neste Caderno de Questões. Contudo, os **RASCUNHOS NÃO SERÃO CORRIGIDOS**.
- Responda às questões 01 e 02 nos espaços predeterminados nas folhas de resposta. **RESPOSTA FORA DO ESPAÇO ESTABELECIDO NÃO SERÁ CORRIGIDA**.

01. Observe a imagem:

Disponível em: <<http://br.geocities.com/exploracaoinfantil/outras/pedra.jpg>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

Imagine-se no papel de um repórter que comparece ao local onde ocorreu o fato retratado. Redija um texto para ser publicado no jornal em que você trabalha, noticiando esse fato. Para tanto, observe as seguintes orientações:

- Siga a estrutura de uma notícia;
- Redija seu texto com, no mínimo, 12 linhas, e, no máximo, com 15 linhas;
- Use a norma padrão da língua escrita.

☞ *“NOTÍCIA é a expressão de um fato novo, que desperta o interesse do público a que o jornal se destina. Caracteriza-se por ter uma linguagem clara, impessoal, concisa e adequada ao veículo que a transmite.”*

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza A. Cochar. *Português: linguagens: literatura, gramática e redação*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual, 1994, p.58.

PROVA DE REDAÇÃO PSS-2009 – UFPB

UFPB/IPRG/COPERVE

PSS-2009

02. Leia os textos a seguir.

[...] a Constituição assegura à criança e ao adolescente o direito à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Art. 227)

BORJA, Celio. Surto de intolerância. In: **VEJA**. Editora ABRIL. – Ed. 2008 – Ano 40, N° 19. 16 mai. 2007, p. 57.

“Segundo levantamento da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), existem cerca de 80.000 crianças abrigadas no Brasil. [...] uma situação nociva para o desenvolvimento de qualquer criança e em total desacordo com um de seus direitos fundamentais – o de ser criada por uma família, seja a biológica, seja uma substituta.”

SOARES, Ronaldo. Mudança para melhor. In: **VEJA**. Editora ABRIL. – Ed. 2008 – Ano 41, N° 34. 27 ago. 2008, p. 70.

Imagine que você está participando de uma pesquisa de opinião, disponível em um site, em que são apresentados os textos acima, devendo responder à seguinte pergunta:

A ADOÇÃO RESOLVE O PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO NO BRASIL?

Para produzir seu texto, considere as seguintes orientações:

- Siga a estrutura de um texto de opinião;
- Redija seu texto com, no mínimo, 10 linhas, e, no máximo, com 12 linhas;
- Use a norma padrão da língua escrita.

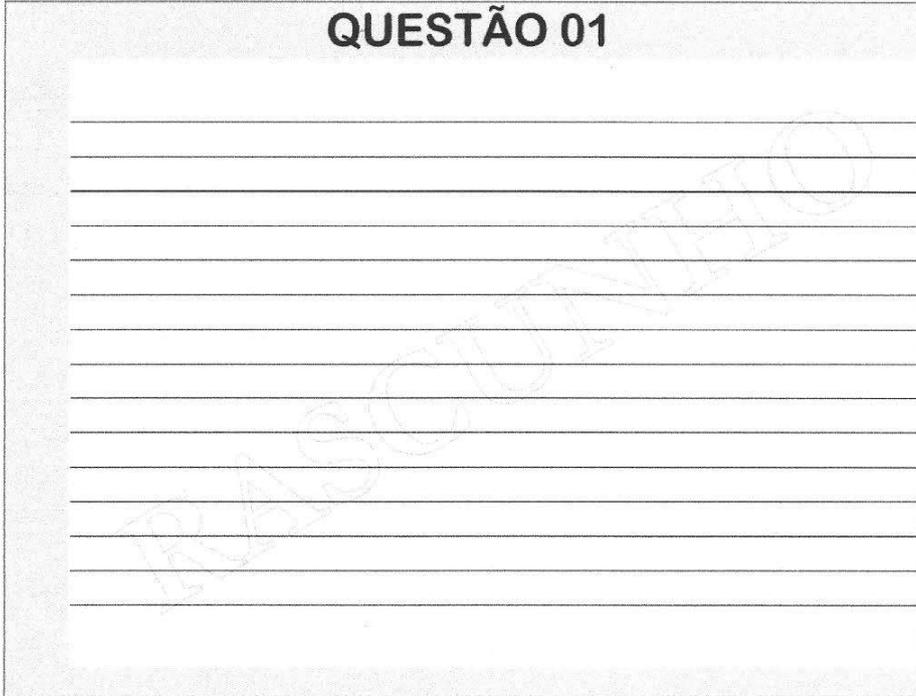
Texto de opinião é um texto argumentativo, em que o autor apresenta seu ponto de vista acerca de determinado assunto, com o objetivo de convencer o leitor a aceitar suas idéias.

DUTRA, Vânia L.R. O texto de opinião no ensino fundamental. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/10/13.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2008.

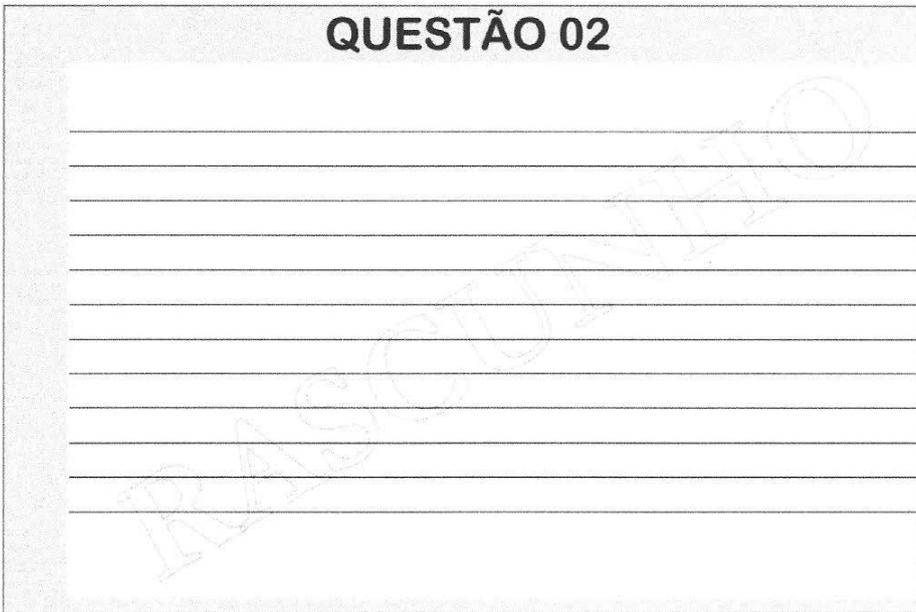
PROVA DE REDAÇÃO PSS-2009- UFPB

UFPB/PRG/COPERVE

PSS-2009

QUESTÃO 01

A rectangular box containing 15 horizontal lines for writing. A large, faint watermark reading "RASCUNHO" is oriented diagonally across the center of the box.

QUESTÃO 02

A rectangular box containing 15 horizontal lines for writing. A large, faint watermark reading "RASCUNHO" is oriented diagonally across the center of the box.

TEXTO 01

Arquivo: 08
 Pacote: 01
 Prova: 23
 Digitalizar0046

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

Então faltando viagens?

Em pesquisa realizada recentemente pela USP mostrou que o caminho mais curto para acabar com as crianças que vivem em orfanatos para a adoção. A Pesquisa também revela que o número de crianças que querem adotar uma criança é grande. Mas onde está o problema então? Segundo dados os pais adotivos dessa adoção por na maioria dos vezes queriam bebês, de pele clara ou recém nascida, e vivencia 21 essa característica e em proporção bem menor em relação as que vivem em orfanato, que geralmente tem entre 3 a 12 anos. Então qual seria o problema?



TEXTO 02

Arquivo: 01
Pacote: 01
Prova: 43
Digitalizar0088

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008

**QUESTÃO 02**

Quê é a solução

A adoção vem ajudando muito com o problema de menor abandonado, pois dá as crianças o direito de ter o amor de uma família, mas não é a solução para o problema.

Em nosso país para que haja a adoção, há uma grande burocracia, fogendo com as crianças pessoas que durante anos parecem adotar e isso torna tudo mais difícil.

Desde a falha no acompanhamento da criança adotada muitas vezes as famílias se aproveitam e exploram a criança, pois não são todas as famílias adotando por uma questão de amor, mas sim por uma questão de dinheiro, assim de lucrar com a exploração infantil.



TEXTO 03

Arquivo: 20
Pacote: 01
Prova: 33
Digitalizar0066

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008

**QUESTÃO 02**

Promessas Abandonadas

A sociedade não vai resolver ou solucionar esse problema mas vai ajudar, pode ser a primeira passo de muitos que virão.

Não basta apenas adotar, tem que ter uma conscientização na parte política e social. famílias desestruturadas de-riam ter acompanhamento principalmente as de baixa renda, é muito fácil falar, tem que ter ação e depois se não vai ficar assim.



TEXTO 04

Arquivo: 01
Pacote: 01
Prova: 07
Digitalizar0014

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008

**QUESTÃO 02**

Adotar não é a solução...

A adoção não resolveria o problema do menor abandonado no Brasil se todos eles estivessem fora das ruas em locais próprios para isso e se as famílias de todo o país se interessassem pela adoção, mas o que ocorre é que nem todos os menores estão em creches e hoje a parcela de famílias que estão dispostas a adotar ainda é muito pequena o que torna a adoção um meio pouco viável para resolver esse problema.



TEXTO 05

Arquivo: 01
 Pacote: 01
 Prova: 22
 Digitalizar0044

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

Citualmente começamos com uma situação de primária, o número de crianças abandonadas tem tendido a crescer e tem tido um ligeiro aumento. O apoio da mídia está sendo essencial para o processo de adoção, de manter os direitos das crianças preservados e acabar com o tráfico.

Muito mais mesmo é a melhor solução? Se considerarmos que os pais adotivos podem ser de qualquer idade que a constituição exige, não é ótimo, mas a prioridade é que num todo as pessoas tenham condições, já que o custo de vida de uma criança é altíssimo.

Então além de estimular a adoção que é um grande ato de humanidade também se controla a taxa de natalidade para que o número de crianças futuras não torne-se maior que o atual.



TEXTO 06

Arquivo: 03
Pacote: 01
Prova: 08
Digitalizar0016

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008

**QUESTÃO 02**

A Constituição assegura diversos direitos à criança e ao adolescentes, mas na prática nem sempre isso ocorre. Nas grandes cidades é fácil encontrarmos crianças abandonadas ou que moram em abrigos, meninos e meninas que terão seu futuro limitado por

Essa adoção dessas crianças pode sim resolver uma parte desse problema. Há vários casais que querem adotar mas são impedidos pelas burocráticas leis, e assim, crianças continuarão sem família e sem amor.

É preciso haver um controle responsável na adoção, isso é indiscutível, mas as leis precisam ser revistas, como poder permitir a adoção por casais homossexuais. Em primeiro lugar devemos pensar na criança e na importância que é ter uma família, pois elas como todos estão cansadas de saber, são o futuro do nosso país.



TEXTO 07

Arquivo: 01
Pacote: 01
Prova: 16
Digitalizar0032

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008

**QUESTÃO 02**

A constituição do nosso país assegura as crianças e adolescentes um direito, mas na verdade de muitos deles não usufruem até porque as condições em que vivem não os favorecem para que esses direitos sejam gozados. Em geral eles pertencem a uma classe menos favorecida.

Mas tudo isso pode ser mudado, quando houver mais empenho por parte da sociedade como um todo, buscando uma igualdade visomoto melhor distribuição principalmente do renda que pode transformar tudo isso para melhor.



TEXTO 08

Arquivo: 03
Pacote: 01
Prova: 23
Digitalizar0046

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008

**QUESTÃO 02**

É triste ter que ficar esperando a boa vontade de voluntários para tornar esse país um pouco melhor.

Adotar uma criança abandonada não é fácil, primeiro porque é um grande desafio para os pais criar e educar um filho que não é seu, e segundo porque a burocracia é enorme.

A adoção é um gesto lindo de fraternidade e solidariedade com o próximo mas, infelizmente, não resolve os problemas das crianças abandonadas, ajuda, mas não resolve.

É necessário do governo uma reforma na base desses crianças, investir seriamente em projetos de ação social e mobilizar a população para ajudar. Mas, ao invés disso, o governo está investindo milhões e milhões na reforma e em construções de estádios de futebol para poderemos realizar a copa do mundo de futebol de 2014 em nosso país.



TEXTO 09

Arquivo: 03
 Pacote: 01
 Prova: 41
 Digitalizar082

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

Não vejo a adoção como o caminho para resolver o problema do menor abandonado.

O abandono não deve ser feito apenas para quem vive em ruas, mas em abrigos, ou nos suos. O abandono pode estar dentro de casa, quando crianças têm o carinho familiar mas não têm carinho, amor e o respeito da família - isso também é abandono.

Precisamos sim, e de mudanças políticas, de mudanças no contexto da natalidade, de informações claras, objetivas e diretas para que ^opopulação ^{seja} a real necessidade do controle da natalidade, aí sim, estamos evoluindo com mudanças para um Brasil melhor, para um mundo melhor.



TEXTO 10

Arquivo: 08
Pacote: 01
Prova: 15
Digitalizar030

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

A adoção de crianças é um ato muito nobre, mas ele sozinho não resolveria o problema do menor abandonado aqui no Brasil.

O incentivo de políticas anti-natalistas, como o uso de preservativos, das pílulas e os procedimentos cirúrgicos como vasectomia e a ligação dos trompas uterinos, seria a melhor solução para o controle desse número alarmante de crianças que vivem em abrigos sob o cuidado de pessoas contratadas para cuidar dos menores.



TEXTO 11

Arquivo: 08
Pacote: 01
Prova: 38
Digitalizar0076

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

O Estado, com toda sua estrutura, é responsável pelas políticas sociais, sanando ou minimizando os problemas. Na questão do menor abandonado, o Brasil tem uma legislação para garantir dos seus direitos, mas na prática o Estado é omissivo, mas poucas crianças e reformações que o país possui, elas não conseguem dar um nome para quem ali está. A adoção de crianças por famílias heterossexuais, deve ser uma alternativa de solução e não a solução, pois, não podemos transformar para a sociedade a resolução de um problema que é do Estado.



TEXTO 12

Arquivo: 15
Pacote: 01
Prova: 17
Digitalizar0034

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008

**QUESTÃO 02**

Adoção não é Resposta

A adoção é uma das formas de preservar um lar, amor, uma família e uma simples criança abandonada, mas no Brasil existe tantos abrigos sem um teto que o número de adoções não chega nem próximo desse valor.

De mesmo em algum dia nesse país obter essa tão sonhada neto, a população mais carente continuará a ter mais e mais filhos e os levarão momentaneamente para os ruas, sem se preocuparem com o futuro deles, já que eles serão adotados e a responsabilidade passará a outra família.



TEXTO 13

Arquivo: 30
Pacote: 01
Prova: 06
Digitalizar0012

CONCURSO / PROVAS
PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA
21/12/2008

**QUESTÃO 02**

Muitas vezes a adoção resolve os problemas de crianças e adolescentes abandonados pelos seus pais, pois muitas têm a sorte de serem adotadas por pessoas de bom nível social, onde passarão a viver de forma digna, de respeito e acima de tudo irão receber amor, carinho e compreensão. Mas há também adoções que não são dignas, que acabam levando essas crianças e adolescentes a viverem uma vida de exploração e tristeza. Na minha concepção, acho que se essas adoções fossem vigiadas e acompanhadas, essas crianças e adolescentes seriam bem sucedidos na vida.



TEXTO 14

Arquivo: 09
 Pacote: 01
 Prova: 26
 Digitalizar0052

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

O problema não menor abandonado não se restringe à ausência de fraternidade, de um lar, mas de educação e disciplina.

Vivendo nos seus, o jovem tem ^{de} ~~afeta~~ ~~de~~ ~~deixar~~ para conseguir o que comer e vestir, abandonando por um ~~princípio~~ os seus básicos, a ética e os valores próprios. Delinquência é apenas uma consequência.

É necessário que os seus sejam cumpridos e que os órgãos competentes deem aos jovens não somente um lar, mas eles conseguem também a educação, respeito e dignidade.



TEXTO 15

Arquivo: 08
 Pacote: 01
 Prova: 07
 Digitalizar0014

CONCURSO / PROVAS
PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA
 21/12/2008



QUESTÃO 02

A superficialidade dos problemas

No Brasil é comum darmos aos problemas o tratamento mais superficial, e igualmente não como uma forma de pensar, mas sim como solução final.

A adoção, na maioria dos casos, não resolve o problema da criança, mas sim do casal. É difícil para a criança abandonada encontrar uma referência na nova família, psicologicamente estes crianças acima estas abandonadas, elas não são mínimos que podem ser reprogramados.

Campanhas de adoção só demonstram como o problema é tratado de forma superficial. Que bom seria se dedicásemos em políticas nacionais de distribuição de renda e integração social, certamente não deixamos todo esse desequilíbrio social.



TEXTO 16

Arquivo: 20
Pacote: 01
Prova: 13
Digitalizar0028

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

Adoção : o início de uma esperança

Além de uma demonstração de amor, a adoção pode ser uma solução eficaz para a problemática do menor abandonado no Brasil.

No entanto, deve-se ter o cuidado de não deixar a grandiosidade deste ato ser ofuscada por interesses pessoais em busca de "estereótipos padron", pois não estamos lidando com produtos, mas com vidas.

É mudar a história de alguém, proporcionar esperança a uma vida e, sobretudo, fazer um bem a si mesmo.



TEXTO 17

Arquivo: 09
Pacote: 01
Prova: 42
Digitalizar0084

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008

**QUESTÃO 02**

Orfanatos sem direitos

É certo que visemos em nossa sociedade uma inversão de valores. A antiga estrutura familiar foi substituída pela modernidade, será que preservar aquela seria melhor?

Na atualidade é comum encontrarmos orfanatos e não de um sistema apressor, em que se empobrece os pobres e fortalece os ricos. Milhares de jovens desabrigados, sem amparo e sem direitos, a maioria deles são marcados por histórias de famílias desordenadas.

Acredito que a adoção não eliminaria, mas ajudaria a situação de meninos e meninas que nem sabem que têm direitos.



TEXTO 18

Arquivo: 01
Pacote: 01
Prova: 43
Digitalizar0088

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

Adoção é a solução

A adoção vem ajudando muito com o problema de menor abandonado, pois dão as crianças o direito de ter o amor de uma família, mas não é a solução para o problema.

Em nosso país para que haja a adoção, há uma grande burocracia, fazendo com as crianças possam esperar durante anos para adotarem e isso torna tudo mais difícil.

Quando a falha no acompanhamento da criança adotada muitas vezes as famílias se aproveitam e exploram a criança, pois não são todas as famílias adotando por uma questão de amor, mas sim por uma questão de dinheiro, assim de lucrar com a exploração infantil.



TEXTO 19

Arquivo: 09
Pacote: 01
Prova: 43
Digitalizar0088

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

A adoção do menor abandonado no Brasil, não resolve o problema, mas ajuda a diminuí-lo, pois essas crianças estão abandonadas de carinho, de atenção, de itens necessários para seu melhor conforto e até para sua sobrevivência. Além do mais, essas milhares de crianças tem seus direitos fundamentais atingidos e até mesmo descumpridos. Uma das soluções que deveriam ser tomadas é a melhor distribuição de renda, pois a desigualdade é uma das causas do abandono. Esse assunto precisa ser mais debatido pelas autoridades brasileiras, porque essas crianças abandonadas estão perdendo a sua infância.



TEXTO 20

Arquivo: 15
Pacote: 01
Prova: 44
Digitalizar0088

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008

**QUESTÃO 02**

Considerando o fato que a adoção de crianças é um método de diminuir, o menor abandono no Brasil, isso pode responder em parte esta questão. Pois apesar de tudo isto não é uma redução, mas sim um bom meio de diminuir o índice de abandono. Entretanto, é muito alta a burocracia enfrentada por uma pessoa que deseja fazer uma adoção, mas esse é o melhor jeito de diminuir o índice de menores abandonados no Brasil e o caminho certo a ser seguido.



TEXTO 21

Arquivo: 25
Pacote: 01
Prova: 03
Digitalizar0006

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008

**QUESTÃO 02**

A solução: prevenção e adoção

A adoção é uma atitude muito generosa por parte do casal que a pratica, mas se percebermos que existe um número muito grande de crianças abandonadas, logo veremos que a adoção não resolve os problemas de todos os menores.

Por isso, a solução para esse problema não está no "tratamento", mas sim na "prevenção", ou seja, deve haver um cuidado maior por parte dos genitores para impedir a união dos gametas, utilizando métodos anti-concepcionais. Assim, unindo adoção à prevenção conseguiremos solucionar o problema do menor abandonado neste país.



TEXTO 22

Arquivo: 30
Pacote: 01
Prova: 05
Digitalizar0010

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

A solução para o menor abandonado no Brasil não está especificamente ligada a adoção, mas sim a conscientização dos governantes que deveriam se preocupar com o futuro dessas crianças que poderão tornar-se marginais através do ambiente em que vivem.

Mas, não podemos deixar de ressaltar a importância da adoção, pois, ela abre novas oportunidades para que essas crianças possam ter um futuro melhor e digno.



TEXTO 23

Arquivo: 30
Pacote: 01
Prova: 10
Digitalizar0020

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

A adoção não resolve o problema das menores abandonadas, mas, já seria um bom começo, e junta à outras medidas, tornaria as coisas bem mais fáceis. Todos precisamos de uma referência "Sentir-se em Orbits", e qualquer que seja a instituição que se propõe a ajudar, será comparável, a um lar, ter casa, família - Uma referência, os pais, adotivos ou não, precisam ser mais responsáveis, caso contrário, estaremos, mais uma vez, "chovendo no molhado".



TEXTO 24

Arquivo: 25
Pacote: 01
Prova: 09
Digitalizar0018

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

Só adotar não resolve

O problema do menor abandonado há tempos aflinge os brasileiros. Em nosso país, crianças são adotadas diariamente, mas nem por isso o número de crianças sem um lar para morar diminuiu.

Bem seria se todas as crianças abandonadas ficassem em orfanatos, mas infelizmente isso não acontece; A grande maioria vive perambulando pelas ruas, sem destino, sem propósitos na vida. Elas ficam a mercê da boa vontade de alguns e até de maus tratos de outros.

Acredito que para resolver tal problema, primeiro tem que retirar as crianças das ruas e oferecer a elas um lar, uma boa educação e muito carinho. Isso, já se vê, hoje, em algumas partes do Brasil, mas ainda não poucos os lugares. Nossos governantes precisam agir.

A.M.S



TEXTO 25

Arquivo: 30
Pacote: 01
Prova: 37
Digitalizar0074

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

Não. A adoção é um meio de mudar essa realidade, mas não é suficiente para resolvê-la. O que precisa, é o governo melhorar a vida dos brasileiros que não tem condições de criar seus filhos. Com vários problemas como desemprego, pobreza, falta de moradia e etc. Que faz com que os pais, acabem deixando seus filhos nas ruas. Outro grande problema é a violência, que faz muitas vítimas no país. Desestruturando várias famílias. Tudo isso pode causar o abandono. Quando esses problemas serem resolvidos, poderá até um dia, acabar o problema do menor abandonado no Brasil.



TEXTO 26

Arquivo: 16
Pacote: 01
Prova: 25
Digitalizar0050

CONCURSO / PROVAS

PSS 2009 - PROVA DE REDAÇÃO

DATA

21/12/2008



QUESTÃO 02

Bem, as vezes vemos em as crianças nem um
adotadas, por um unico motivo; elas não ficam
foca das ruas, nem comer lixo, temão o que
comer, o que beber, estarão em segurança.

Em poucas vez umas pessoas que adotam
crianças, as vezes não querem ajudar, elas
só adotão pra fazer mal.

Mas com a adoção, irá diminuir o
numero de crianças abandonadas e umas
crianças vão ter a chance de conhecer um
meio mundo.

